

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Engenharias
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais



Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS

Maiara Moraes Costa

Pelotas, 2023

Maiara Moraes Costa

Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, do Centro de Engenharias da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Tirzah Moreira Siqueira

Coorientadora: Prof.^a. Dr.^a. Diuliana Leandro

Pelotas, 2023.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C837p Costa, Maiara Moraes

Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores : o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS / Maiara Moraes Costa ; Tirzah Moreira Siqueira, orientadora ; Diuliana Leandro, coorientadora. — Pelotas, 2023.

71 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Centro de Engenharias, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Unidades de conservação. 2. Conflitos socioambientais. 3. Comunidades tradicionais. I. Siqueira, Tirzah Moreira, orient. II. Leandro, Diuliana, coorient. III. Título.

CDD : 363.7

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Maiara Moraes Costa

Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Ciências Ambientais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Centro de Engenharias, na Universidade Federal de Pelotas.

Data de defesa: 27 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a. Tirzah Moreira Siqueira (Orientadora) – Doutora em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof.^a Dr^a. Diuliana Leandro (Coorientadora) – Doutora em Ciências Geodésicas pela Universidade Federal do Paraná.

Prof.^a Dr^a. Larissa Medianeira Bolzan – Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr^a. Luciara Bilhalva Corrêa – Doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande.

Prof. Dr. Rafael Antunes Dias – Doutor em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dedico este trabalho aos meus pais,
Neri e Lourdes e a minha irmã Luiza,
com todo meu amor e gratidão por
compartilharmos essa vida.

Agradecimentos

A Deus por me conceder uma existência repleta de momentos de alegria com pessoas especiais. Pelas oportunidades de ser uma pessoa melhor a cada dia. Por me fazer tavaresense de coração e poder realizar essa pesquisa.

Aos meus pais, Neri e Lourdes, por todo o amor, carinho e atenção durante toda minha vida. Agradeço pelo incentivo nos estudos, por me ensinarem a acreditar na educação pública, pelo encorajamento nos momentos difíceis e por me fornecerem todas as condições necessárias para alcançar essa conquista. Esse amor foi imprescindível para todas as minhas realizações e para a formação do meu ser.

A minha irmã Luiza, que me acompanhou durante essa trajetória com palavras de incentivo e amor. Pelos momentos de descontração, alegrias e festas, que me forneceram ânimo e alegria para concluir essa etapa. Por ser exemplo de força e determinação que me inspira diariamente.

As minhas afilhadas, Alice e Cecília, que alegam a minha vida e recarregam minhas energias com um abraço. São exemplos de amor puro e genuíno e me fazem acreditar em um mundo melhor

Ao meu dindo Antônio (*in memorian*) que me ensinou o valor do abraço, da importância dos momentos em família e da participação na comunidade. É uma grande referência de ser humano que me inspira nas causas sociais. Agradeço pelos teus ensinamentos, a partir do exemplo, que vivem dentro de mim.

Aos demais familiares que fizeram parte desse processo, que vibraram o meu ingresso no mestrado, ficaram ansiosos pelos resultados da pesquisa e que dividiram inúmeros momentos alegres comigo nesses dois últimos anos. Vocês são pessoas muito especiais na minha vida: Maria, Venina, Alenise, Marilane, Pedro, Cassiano, Maria Luísa, Cristiane, Vânia, Thaison, Sara, Olavo, Kerolain, Thainã, Rafaella, Vinicius e Geane (*in memorian*).

As minhas amigas queridas, Jaqueline, Aline, Josana, Jayne, Tuany, Bruna e Ana, que foram colo para os dias tristes e difíceis, mas que também foram companheiras de infinitos momentos felizes.

A todos os entrevistados, proprietários de terras, pescadores artesanais, seus representantes e ICMBio, que se dispuseram a participar das longas entrevistas, abordando com uma riqueza de detalhes as situações que enfrentaram e ainda enfrentam. Agradeço a confiança em mim e na minha pesquisa para relatarem essas situações pessoais e sensíveis.

A minha querida Universidade Federal de Pelotas, por ser minha casa por mais dois anos de estudo e me contemplar com uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais pela oportunidade de realização do mestrado, participação em outras pesquisas e em eventos acadêmicos.

Aos meus colegas de laboratório, Larissa, Priscila e Ottoni, meus companheiros da rotina diária de pesquisa e em participação de eventos. Por dividirmos nossos medos e compartilharmos os momentos alegres e descontraídos. Pelo trabalho em equipe e pelo espírito colaborativo. Vocês foram fundamentais para enfrentar esse período com alegria e leveza.

As minhas orientadoras que fizeram a diferença para o planejamento e conclusão desse trabalho. Gratidão por dividir esses dois anos com vocês Tirzah e Diuliana. As palavras de incentivo, os elogios e as celebrações por cada etapa concluída tornaram esse período mais leve e muito feliz. Vocês são exemplos de seres humanos que o mundo acadêmico precisa e são minhas inspirações para a prática docente.

Agradeço a banca pelas colaborações e sugestões que ajudaram na qualidade do trabalho. Obrigada por tornarem o momento da defesa em um dia memorável.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela concessão da bolsa de pesquisa, que possibilitou a concretização dessa pesquisa.

Resumo

COSTA, Maiara Moraes. **Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS.** Orientadora: Tirzah Moreira Siqueira. 2023. 71f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Centro de Engenharias, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

As atuais formas de produção e consumo provocaram a necessidade da criação de áreas protegidas, para o ecossistema natural não sejam impactadas pelas ações humanas. Dentre as áreas protegidas, encontram-se as Unidades de Conservação (UCs), que são áreas de extrema importância para a conservação da biodiversidade local e podem ser divididas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Unidades de Conservação de Proteção Integral. A categoria de Parque Nacional está inserida no grupo de Proteção Integral, uma vez que não é permitido realizar o uso direto dos recursos naturais disponíveis nesta área, bem como está previsto a indenização das áreas particulares inseridas nestes limites. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe foi criado em 1986, onde em seus limites habitavam moradores da região, como pescadores artesanais, agricultores e pecuaristas. Na data de criação não havia uma legislação que estabelecesse a obrigatoriedade da consulta pública antes da criação de UCs, por este motivo foram desencadeados conflitos socioambientais entre a comunidade habitante da região e o órgão gestor da UC. O objetivo deste trabalho consiste em compreender os problemas enfrentados pelos atores sociais com relação à criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe no estado do Rio Grande do Sul. Para a coleta de dados foi utilizada entrevistas semiestruturadas. O tratamento de dados foi realizado por meio da análise de conteúdo. A pesquisa permitiu identificar os principais conflitos socioambientais existentes, como a falta de diálogo, possibilidades de impedimento das atividades, modificações das atividades, ações da fiscalização ambiental, a liberação da pesca e a abertura da barra. A população local desenvolve atividades econômicas, sociais e culturais na área, juntamente com os recursos naturais disponíveis. Com isso, foi possível identificar as principais ações que podem promover a redução dos conflitos na área. Por fim, a pesquisa permitiu a identificação da percepção dos atores sociais, abordando os pontos em comum para a redução ou resolução dos conflitos socioambientais.

Palavras-Chave: Unidades de conservação, conflitos socioambientais, comunidades tradicionais.

Abstract

COSTA, Maiara Moraes. **Perceptions of social actors regarding the process of impositions on the use of the area and expropriation of residents: the case of Lagoa do Peixe National Park, RS.** Advisor: Tirzah Moreira Siqueira. 2023. 71f. Dissertation (Masters in Environmental Sciences) – Engineering Center, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

The current forms of production and consumption caused the need to create protected areas for the natural ecosystem not be impacted by human actions. Protected areas include Protected Areas (UCs), which are areas of extreme importance for the conservation of local biodiversity and can be divided into Protected Areas of Sustainable Use and Protected Areas of Integral Protection. The category of National Park is inserted in the group of Integral Protection, since it is not allowed to perform the direct use of natural resources available in this area, as well as the compensation of the particular areas inserted in these limits is provided. The Lagoa do Peixe National Park was created in 1986, where in its limits dwelled residents of the region, as artisanal fishermen, farmers and ranchers. At the date of creation there was no legislation that established the obligation of public consultation before the creation of UCs, for this reason socio-environmental conflicts were triggered between the inhabiting community of the region and the managing body of the UC. The objective of this work is to understand the problems faced by social actors regarding the creation of the Lagoa do Peixe National Park in the state of Rio Grande do Sul. Semi-structured interviews were used for data collection. Data processing was performed through content analysis. The research allowed to identify the main socio-environmental conflicts, such as the lack of dialogue, possibilities of impediment of activities, modifications of activities, actions of environmental inspection, the release of fishing and the opening of the bar. The local population develops economic, social and cultural activities in the area along with the available natural resources. With this, it was possible to identify the main actions that can promote the reduction of conflicts in the area. Finally, the research allowed the identification of the perception of social actors, addressing the common points for the reduction or resolution of socio-environmental conflicts.

Keywords: Conservation units, socio-environmental conflicts, traditional communities.

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa de Localização da Área.....	38
Figura 2 - Fluxograma dos Atores Sociais da Pesquisa.....	39
Figura 3 - Fluxograma das Etapas da Pesquisa.....	40
Figura 4 – Fluxograma da Coleta de Dados e Etapas da Pesquisa.	41
Figura 5 - Fluxograma da Técnica Bola de Neve Aplicado à Pesquisa.....	43
Figura 6 - Fluxograma da Análise de Conteúdo de Bardin.....	51
Figura 7 - Fluxograma Etapas da Análise de Conteúdo de Bardin.....	53

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Unidades de Conservação do SNUC e principais objetivos (Continua.....)	23
Tabela 2 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais (Continua.....)	44
Tabela 3 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais (...Continuação).....	45
Tabela 4 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Associação dos Proprietários de Terras (Continua.....)	45
Tabela 5 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Associação dos Proprietários de Terras (...Continuação).....	46
Tabela 6 - Roteiro para Entrevista com o ICMBio.....	47
Tabela 7 - Roteiro para Entrevista com os Pescadores Artesanais (Continua.....)	48
Tabela 8 - Roteiro para Entrevista com os Pescadores Artesanais (...Continuação).....	49
Tabela 9 - Roteiro para Entrevista com os Proprietários de Terras (Continua.....)	49
Tabela 10 - Roteiro para Entrevista com os Proprietários de Terras (...Continuação).....	50

Sumário

1. Introdução.....	13
1.1. Objetivos	17
1.1.1. Objetivo Geral.....	17
1.1.2. Objetivos Específicos	17
1.2. Hipótese	18
1.	19
2. Revisão bibliográfica.....	19
2.1. Preservação e Conservação Ambiental	19
2.2. Unidades de Conservação	21
2.3. Participação Pública e Populações Tradicionais	27
2.4. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe	31
3. Material e Métodos.....	37
3.1. Área de Estudo	38
3.2. Atores Sociais da Pesquisa.....	39
3.3. Etapas da Pesquisa	40
3.4. Coleta de Dados e Seleção dos Entrevistados	41
3.5. Os Roteiros das Entrevistas.....	44
3.5.1. Etapa 1: Entrevistas com os Representantes das Associações	44
3.5.2. Etapa 2: Entrevista com o órgão gestor do PNLP (ICMBio)	47
3.5.3. Etapa 3: Entrevista com os Pescadores Artesanais e com os Proprietários de Terras	48
3.6. Ética da Pesquisa	50
3.7. Tratamento dos dados	51
4. Resultados e Discussão	54
4.1. Panorama do Processo de Criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe através da Percepção dos Atores Sociais.....	54
4.2. As Situações de Conflitos e Impactos sobre os Atores Sociais como Consequências do Processo de Criação do PNLP.....	54
4.3. Atividades Desenvolvidas por Pescadores Artesanais e Proprietários de Terras.....	54
4.4. Relações dos Atores Sociais com o PNLP	54
4.5. Possibilidades Viáveis para Soluções dos Conflitos Socioambientais no PNLP.....	54
5. Considerações Finais.....	55

6. Referências Bibliográficas	58
-------------------------------------	----

1. Introdução

Para Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2012) a preocupação com a conservação da biodiversidade do planeta começou a ser considerada importante, devido a dois fatores descobertos pelos estudos científicos: a identificação da extinção de espécies com taxas elevadas e a descoberta de novos meios para uso e aplicação da diversidade biológica. Ainda, estes autores mencionam que a natureza vem sendo alterada com o passar dos anos, provocando a fragmentação dos habitats e a perda de biodiversidade. Frente a esta problemática, a criação de áreas protegidas é vista como uma forma de enfrentamento deste problema.

No grupo das áreas protegidas, existem diversas categorias que promovem a conservação da natureza, dentre elas estão as Unidades de Conservação (UCs). No Brasil, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que divide as UCs em dois grupos: as Unidades de Uso Sustentável e as Unidades de Proteção Integral. As Unidades de Uso Sustentável têm o objetivo básico de conciliar o uso sustentável de parte dos recursos naturais com a conservação da natureza. Enquanto as Unidades de Proteção Integral permitem somente o uso indireto dos recursos naturais e tem como objetivo básico a preservação da natureza (BRASIL, 2000).

Inserido nas Unidades de Proteção Integral, está a categoria de Parque Nacional, que possui como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica (BRASIL, 2000). Nesse contexto, insere-se o Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP), que foi criado pelo Decreto nº 93.546, de 06 de novembro de 1986, e possui como alguns de seus objetivos a proteção dos ecossistemas litorâneos da região da Lagoa do Peixe, bem como a proteção das aves migratórias, que dependem desta lagoa para o seu ciclo vital (BRASIL, 1986).

O PNLP está localizado na península situada entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, abrangendo os municípios de Mostardas e Tavares, no estado do Rio Grande do Sul. Possui uma superfície de 34.400 ha e engloba

porções litorâneas dos municípios de Tavares (33,3%) e Mostardas (16,6%). Seu ecossistema é composto por vegetação de restinga e ecossistemas costeiros e marinhos (FURG, 1999).

O SNUC comunica que a implementação de UCs deve ser precedida de consulta pública e não permite o uso direto dos recursos naturais pela população no interior de Parques Nacionais, uma vez que são Unidades de Conservação de Proteção Integral (BRASIL, 2000). O estudo de Benedetti (2018) relata que a criação do PNLN é questionada pela população local, que alega a falta da consulta pública para a implantação do Parque na época, e pelo comportamento do órgão gestor quanto à imposição de restrição no acesso dos recursos naturais disponíveis. Ainda, a autora explica o fato de não ter existido a consulta pública no momento da implantação, visto que a data de criação do Parque foi anterior à aprovação da legislação que estabelece essa forma de participação pública obrigatória para a implementação de Unidades de Conservação (BENEDETTI, 2018).

No ano de 1999 foi criado o Plano de Manejo do PNLN em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Núcleo de Estudos e Monitoramento Ambiental (NEMA) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel), financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). O documento determina que a população ocupante seja retirada, bem como a porcentagem da área total do Parque seja desapropriada (FURG, 1999). Nesse contexto, a criação do PNLN desencadeou uma problemática socioambiental entre a comunidade local e a gestão da UC, visto que nas áreas destinadas à preservação já existiam moradores e pessoas que utilizavam os recursos naturais para subsistência antes mesmo da sua criação.

O estudo de Silveira (2016) faz uma crítica sobre as estratégias de conservação contrárias à presença da comunidade local no PNLN, visto que estas interferem nas práticas culturais do grupo, impondo modificações no seu estilo de vida que se contrapõem a etnobiodiversidade. Essas intervenções comunicam pela força da lei a sua desterritorialização, visto que ao transferi-los de seu lugar de pertencimento, desfazem experiências nos vínculos simbólico-afetivos com o meio.

Uma parte da população diretamente afetada pela implantação do PNLN corresponde aos pescadores artesanais. Eles desenvolvem atividades de pesca no ambiente marítimo, com o auxílio de redes e não fazem uso de embarcações. Na Lagoa do Peixe a atividade mais atrativa é a pesca do camarão rosa, com o uso de caícos de madeira, sem motor.

Uma maneira encontrada para contornar esta situação de conflitos foi através da emissão da Instrução Normativa nº26/2012, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMbio). Essa normativa estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão (ICMbio, 2012).

Nessa conjuntura, estão inseridas as comunidades de pescadores artesanais do Parque da Lagoa do Peixe. Eles habitam a região desde os anos 80 do século XX, onde convivem com essa situação de incerteza quanto à possibilidade de restrição da pesca, que impõe aos pescadores um quadro de constante insegurança quanto à sua permanência e trabalho na Lagoa do Peixe (SILVEIRA, 2016). Em meio às discussões quanto à permanência ou não da população em áreas de parque, a pesquisa de Silva e Brito (2021) expõe a questão do culturalismo, onde manifesta que as experiências e conhecimentos da comunidade local são extremamente importantes para a proteção e para a manutenção da cultura dos povos.

A outra parte da população diretamente afetada pela implementação do PNLN refere-se aos proprietários de terras, cujas propriedades estão inseridas parcialmente na área do Parque e, diante deste panorama, alguns proprietários tentaram vender as terras temendo a desapropriação. No entanto, a grande maioria não aceita sair da área, visto que as terras pertencem às suas famílias por várias gerações. As atividades de agricultura e pecuária realizada no interior da UC também são situações de conflito (FURG, 1999).

O padrão de desenvolvimento da região depende fortemente do meio ambiente, tendo em vista que se trata de um ambiente inóspito, sob o ponto de

vista antrópico, que possui restrições de acesso e uso. Soma-se a isso, o rigor climático típico da latitude, que teve contribuição fundamental para o estágio atual de isolamento cultural e socioeconômico em que se encontram os municípios dessa região, uma das menos desenvolvidas do Estado do Rio Grande do Sul (FURG, 1999). Sendo assim, a efetiva e completa implantação da Unidade de Conservação e suas restrições nesta área provocará um forte impacto na economia destes municípios, especialmente em Tavares.

O tema consiste nos conflitos socioambientais no processo de implantação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Este trabalho permitiu a participação de todas as partes interessadas na pesquisa, sendo elas: o órgão gestor, a população diretamente afetada, composta por pescadores artesanais, proprietários de terras e seus representantes, e, assim, manifestaram suas percepções sobre a criação da UC, qual forma se sentiram afetados e quais as possíveis soluções para a resolução dos conflitos.

A criação da UC sem um processo participativo desencadeou inúmeros conflitos existentes entre o órgão gestor e a população tradicional da região. Portanto, esse trabalho foi proposto para entender a percepção de todos os atores sociais envolvidos na criação da UC, permitindo que estes possam expressar seus pontos de vista e opiniões sobre o ocorrido de igual forma. Além disso, a inexistência de trabalhos que abordem a história da criação do parque e a forma que a população foi afetada motivou a elaboração deste projeto de pesquisa.

A contribuição científica da pesquisa concerne em servir como um instrumento norteador para que os processos de criação de UC sejam mais participativos, uma vez que cada população tradicional possui singularidades que devem ser consideradas no processo de implementação de uma UC, possibilitando gerar subsídios para o processo de planejamento e gestão dessa UC.

Além disso, a motivação para este trabalho surge do fato que a autora da pesquisa morou na cidade de Tavares até os 17 anos de idade e experienciou a preocupação de moradores da região sobre o temor da desapropriação das suas terras, do impedimento do veraneio nas praias e da

restrição da pesca artesanal. Frente a essa problemática, essa pesquisa consiste no registro da vivência da comunidade da região que foi diretamente afetada pela criação do PNLP. Ademais, o presente trabalho promove reflexões sobre o modelo de criação de Parques Nacionais adotados no Brasil e o impacto sobre as comunidades locais.

Nesse contexto, estudos como este fornecem visibilidade para a questão social da comunidade que mora nesta área. Além disso, levando em conta que já se passaram mais de 20 anos da data de publicação do plano de manejo do PNLP, o presente estudo poderá verificar se as informações contidas neste documento ainda são representativas da população local e porventura poderá servir como base para propor modificações no plano de manejo.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Compreender os problemas e conflitos socioambientais enfrentados pelos atores sociais relacionados com a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, no estado do Rio Grande do Sul.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Compreender a percepção dos atores sociais sobre a criação do Parque;
- Identificar os principais benefícios e prejuízos apontados pelos proprietários de terras e pescadores artesanais que seriam decorrentes da criação do parque;
- Identificar os conflitos socioambientais decorrentes da criação do PNLP e compreender suas consequências sobre os atores sociais;
- Identificar as principais atividades sociais, econômicas e culturais desenvolvidas pela população inserida na área do Parque;

- Identificar como os pescadores artesanais e proprietários de terras se relacionam com os recursos naturais na UC;
- Identificar as possíveis soluções em comum do ponto de vista dos atores sociais para os conflitos socioambientais na UC.

1.2. Hipótese

- Pressupõe-se que as possíveis soluções para os conflitos socioambientais na UC consistem na permanência e o desenvolvimento de novas atividades econômicas da população, bem como na recategorização da UC.

2. Revisão bibliográfica

2.1. Preservação e Conservação Ambiental

As questões ambientais passaram a ser levadas em consideração pelo homem devido ao receio do colapso da civilização, tendo em vista a degradação dos recursos naturais e as implicações sobre a vida humana (BRITO, BRITO, DE SOUZA, 2015). Diante dos danos ambientais causados pelo ser humano à natureza, a preocupação com a preservação e conservação ambiental surgiu com o movimento ambientalista, que buscou resolver os problemas ambientais, através de estudos e denúncias (LOPES; SANTOS; NOGUEIRA. 2021). Como resultado, surgiram duas concepções teóricas e filosóficas sobre a proteção de áreas naturais, que são fundamentadas nas correntes Preservacionistas e Conservacionistas (BRITO; BRITO; DE SOUZA, 2015).

É comum que os conceitos de preservação e conservação ambiental sejam apresentados como sinônimos, no entanto, estes termos possuem significados diferentes, que são fundamentais para a compreensão das diferentes formas de proteção dos recursos naturais existentes, promovendo a permanência e desenvolvimento das sociedades humanas (COSTA, OLIVEIRA, SANTOS 2018). As correntes preservacionista e conservacionista possuem pressupostos distintos no que diz respeito à relação do ser humano com a natureza (BRITO; BRITO; DE SOUZA, 2015).

Estas correntes foram alimentadas por dois homens que passaram pela América em 1900, John Muir e Gifford Pinchot. Na visão preservacionista de John Muir, o homem não se encontra acima da natureza, mas faz parte dela, uma vez que esta fornece o descanso ao ser humano, longe das cidades e das indústrias e, portanto, tem um valor espiritual e de adoração para a humanidade (WHITBECK, 2013). Na visão conservacionista de Gifford Pinchot, mais comercial e desapegada, expressava que a natureza poderia ter seus recursos aproveitados e manejados, garantindo que as gerações futuras pudessem fazer uso destes (WHITBECK, 2013).

Em complemento, a corrente conservacionista preconiza que os recursos naturais disponíveis sejam utilizados de forma sustentável, enquanto

a corrente preservacionista considera que estes recursos devem ser mantidos no estado selvagem, sem acesso do ser humano a estes espaços (BANZHAF, 2019).

Frente às ameaças sobre o meio ambiente, foi criado no Brasil o Plano Nacional de Áreas Protegidas, através do Decreto Federal nº 5.758/2006, onde aborda que as Áreas Protegidas são áreas naturais ou seminaturais que possuem como objetivo a conservação e uso sustentável da biodiversidade, sendo elas: Unidades de Conservação, Áreas Indígenas, Áreas ocupadas por remanescentes Quilombolas, Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais (BRASIL, 2006).

Considerando a modificação das formas de produção e consumo e os impactos ambientais causados, os autores Arruda e Fedel (2020) explicam que existe a necessidade da intervenção do Estado para fornecer proteção ao meio ambiente, considerando em conjunto a capacidade das comunidades locais para a preservação da natureza e promover a sustentabilidade. Ainda, nesta conjuntura, foram criadas as UCs, com vistas à conservação e preservação ambiental das áreas definidas através da ação conjunta do Estado e do cidadão.

Nesse contexto, no que se refere à gestão das Unidades de Conservação, a criação do SNUC no Brasil representa um modelo refinado e inovador para a política nacional de conservação da natureza (SOUSA, et al., 2011). O SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação (BRASIL, 2000). Este modelo é considerado uma conquista para a legislação brasileira, no âmbito ambiental, e colabora para a gestão das áreas protegidas na esfera federal, estadual e municipal, fornecendo uma perspectiva completa sobre as unidades de conservação brasileiras (SOUSA et al., 2011).

O SNUC aborda em seu corpo a definição para os termos Conservação e Preservação, onde Conservação é definida como:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações

futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral” (BRASIL, 2000).

Enquanto a Preservação recebe a definição:

Conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais (BRASIL, 2000).

Para Aguiar et al. (2021) existe uma aproximação entre a visão antropocêntrica e a conservação ambiental e a visão ecocêntrica e a preservação ambiental. Para a autora, essa relação está atrelada ao significado dos termos Conservação Ambiental e Preservação Ambiental, uma vez que o primeiro serve para designar sobre a utilização racional dos recursos naturais disponíveis, de forma sustentável que ofereça proteção aos recursos, enquanto o segundo termo se refere à proteção integral, onde não são permitidos usos diretos da ação humana.

2.2 Unidades de Conservação

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) define áreas protegidas como um espaço geográfico definido, administrado por meios legais ou meios eficazes para atingir a conservação da natureza juntamente com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados. A IUCN estabelece quatro tipos possíveis de governança dessas áreas: 1) governança pelo governo, 2) governança compartilhada, 3) governança privada e 4) governança por povos indígenas e comunidades locais (DUDLEY, 2008).

As áreas naturais protegidas foram criadas inicialmente nos Estados Unidos da América, no século XIX, para promover a preservação de espaços considerados importantes do ponto de vista ambiental que eram ameaçados pela civilização urbano-industrial (DIEGUES, p.9, 2001). O conceito de UC foi inaugurado em 1872 nos Estados Unidos a partir da criação do Parque Nacional de Yellowstone, com a intenção de preservação dos atributos cênicos da área (WWF BRASIL, 2010). A proteção legal destas áreas serve como uma

estratégia de preservação da natureza, no entanto, é causadora de diversos conflitos socioambientais (BRITO; BRITO; DE SOUZA, 2015).

No cenário Brasileiro, as áreas naturais protegidas começaram a ser implantadas a partir de 1930, nos espaços territoriais litorâneos com mata tropical úmida, que já eram habitados pelas populações tradicionais, na sua maioria, encontravam-se bem conservadas (DIEGUES, p.11, 2001). O Parque Nacional de Itatiaia foi a primeira área protegida criada no país, em 1937, com o propósito de fornecer espaço para a pesquisa científica e lazer aos visitantes, representando um marco no que concerne a criação de áreas protegidas (WWF BRASIL, 2010). No período anterior à década de 1970 as áreas protegidas brasileiras eram inspiradas no modelo norte-americano, de natureza utilitarista-científico (WWF BRASIL, 2010). Tendo em vista a data da primeira UC, o aumento do número de áreas destinadas à conservação *in situ* da biodiversidade e de paisagens naturais de beleza cênica ocorreu recentemente, impulsionada e ordenada pela lei que instituiu o SNUC (SOUSA, et al., 2011).

No que tange a legislação brasileira, inserido na Constituição Federal de 1988, o capítulo VI é destinado especificamente ao meio ambiente, onde no seu art. 225 informa que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Ainda, no mesmo capítulo e artigo, parágrafo 1º e inciso III menciona que para a garantia de tal direito, é determinado ao poder público o poder de:

Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988).

A criação de áreas protegidas desencadeou disputas entre os indivíduos que consideram o desenvolvimento econômico e os indivíduos que desejam

manter o meio ambiente preservado (DA SILVA; BRANCHI, 2021). Em vista disso, houve a necessidade de regulamentar estas áreas destinadas à proteção ambiental, sucedido através do SNUC. As Unidades de Conservação são definidas pela legislação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Levando em consideração a Constituição Federal de 1988, foi criado o SNUC, onde dividiu as UCs em as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável (BRASIL, 2000). As Unidades de Proteção Integral são divididas em cinco categorias de UCs: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. As Unidades de Uso Sustentável possuem sete categorias, sendo elas: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000),

Cada uma destas categorias de UC possui objetivos distintos, diferentes tipos de usos da área e orientações para atividades que podem ser desenvolvidas. Os tipos de UC e os seus principais objetivos estão expostos na Tabela 1.

Tabela 1 - Unidades de Conservação do SNUC e principais objetivos (*Continua...*).

Tipos de UC	Categorias de UC	Principais objetivos
Unidade de Proteção Integral	Estação Ecológica	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas
	Reserva Biológica	Preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes, sem interferência humana direta ou modificações ambientais
	Parque Nacional	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, com a possibilidade de realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental.

Tabela 1 - Unidades de Conservação do SNUC e principais objetivos (...*Continuação*).

Tipos de UC	Categorias de UC	Principais objetivos
Unidade de Proteção Integral	Monumento Natural	Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica
	Refúgio de Vida Silvestre	Proteção de ambientes naturais que assegura condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória
Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	Proteção da diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Manutenção dos ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível das áreas
	Floresta Nacional	Uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica
	Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura dessas populações
	Reserva de Fauna	Proteção de espécies animais de espécies nativas
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservação da natureza em conjunto com a garantia de condições para reprodução e melhoria dos modos de vida das populações tradicionais
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a diversidade biológica

Fonte: Adaptado da Lei Federal n. 9.985/2000.

O aumento das áreas de proteção ambiental, seja pelo acréscimo do número de UCs ou pela extensão destas áreas protegidas, demonstra um bom indicador, ainda que não comprove a proteção e conservação do meio ambiente. Ainda, os autores ressaltam que para serem UCs eficazes, deve ser indispensável uma boa gestão, planejamento e monitoramento das áreas (DA SILVA, BRANCHI, 2021). Para Dios e Marçal, p.174, (2012) é imprescindível que a lei do SNUC seja monitorada, uma vez que tal legislação aborda instrumentos importantes para a gestão eficiente das UCs, sendo um processo integrado e participativo, que contempla os objetivos das diferentes categorias

de UCs, conciliando a existência da biodiversidade, a sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

A referida legislação conta com o suporte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que foi criado em 2007 e tem como dever a administração no âmbito federal das UCs brasileiras, onde poderá propor, implantar, realizar a gestão, fiscalizar e monitorar as UCs no território brasileiro (WWF BRASIL, 2010, p. 15). As UCs de âmbito estadual e municipal possuem órgãos gestores estaduais e municipais, respectivamente, uma vez que são eles próprios que decretam estas áreas como sendo Unidades de Conservação.

No que concerne às UCs federais, a administração é realizada pelo ICMBio. Neste caso, a gestão das áreas é realizada através dos Conselhos Gestores, que possibilitam a interação entre as UCs e a sociedade, promovendo a gestão compartilhada destas unidades, onde cada UC deve possuir seu Conselho: Consultivo ou Deliberativo, administrado pelo órgão responsável (ICMBIO, 2022). Haja vista a Constituição Federal, onde em seu artigo 1º aborda que: “todo poder emana do povo que os exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta constituição” (BRASIL, 1988). Dessa forma, a lei garante que o indivíduo tenha o direito de eleger os seus representantes, na qual se incluem as questões de interesse da sociedade nos Conselhos Gestores das UCs.

Este modelo considera o que é disposto no artigo 5º inciso III do SNUC: “assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (BRASIL, 2000). Como complemento a referida lei do SNUC, o decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002 regulamenta esta lei e dá outras providências, onde em seu artigo 17 aborda que, dependendo da categoria da UC, esta terá conselho consultivo ou conselho deliberativo, presididos pelo chefe da UC, o qual caberá a designação dos demais conselheiros indicados pelos setores para serem representados (BRASIL, 2002).

Suplementarmente, a Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade nº 9, de 5 de dezembro de 2014, dispõe em seu primeiro artigo sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação

e modificação dos Conselhos Gestores das UCs Federais (ICMBio, 2014).
Define Conselho de Unidade de Conservação como:

Instância colegiada formalmente instituída por meio de Portaria do Presidente do Instituto Chico Mendes, cuja função é constituir-se em um fórum democrático de diálogo, valorização, participação e controle social, debate e gestão da Unidade de Conservação, incluída a sua zona de amortecimento e território de influência, para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas e culturais que tenham relação com a Unidade de Conservação (ICMBio, 2014).

Ainda, os Conselhos Gestores podem ser divididos em Conselho Consultivo e Conselho Deliberativo. O Conselho Consultivo é definido como:

Instância colegiada que tem a função de tratar de temas afetos à Unidade de Conservação, subsidiar a tomada de decisão pelo órgão gestor e apoiar as ações de implementação da Unidade, no que couber (ICMBio, 2014).

Enquanto Conselho Deliberativo recebe a seguinte definição:

Instância colegiada que tem a função de tratar e deliberar sobre temas afetos às Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, subsidiar a tomada de decisão do órgão gestor e apoiar as ações de implementação da Unidade, no que couber (ICMBio, 2014).

O Conselho Consultivo compreende as categorias de UCs: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre e Florestas Nacionais. O Conselho Deliberativo engloba as categorias de UCs: Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Extrativista. As demais categorias de UCs ainda não foram regulamentadas (ICMBIO, 2022).

Existem algumas competências específicas destinadas ao Conselho Deliberativo, como o acompanhamento da elaboração e da implementação do Plano de Manejo Participativo da UC e outros instrumentos que estão relacionados com a gestão da UC, além da aprovação, monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Manejo Participativo (ICMBio, 2014)

O Plano de Manejo é um documento que deverá ser revisado periodicamente, com vistas à adequação da realidade da UC e ao atendimento de novas necessidades. O SNUC define o Plano de Manejo como:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

No entanto, para os autores Silva e Branchi (2021), mesmo com a criação do SNUC que confere a proteção legal das áreas protegidas ambientalmente, tal legislação não garante a preservação e sustentabilidade das áreas, uma vez que estes espaços podem ter problemas de gestão. Bezerra et al. (2018) abordam no seu estudo que, uma vez criadas as UCs, o Estado deve garantir a sua efetiva implementação através da gestão dos governos, que se faz necessária não apenas para a conservação da biodiversidade, mas também para favorecer a redução dos efeitos das mudanças climáticas globais.

2.3 Participação Pública e Populações Tradicionais

Na legislação brasileira, o SNUC deve garantir a efetiva participação das populações locais na criação, implantação e na gestão das UCs (BRASIL, 2000). Através do Decreto Federal nº 4.340 de 2002, foi garantido que o órgão executor competente deve indicar, com linguagem acessível e de forma clara, todas as implicações para a população que reside ou que habita o entorno da UC proposta (BRASIL, 2002). Para que ocorra a gestão participativa destas áreas, o SNUC conta com a formação dos conselhos gestores de UCs, abrangendo membros de distintas esferas governamentais e representantes da sociedade civil (CASTRO JÚNIOR, COUTINHO, FREITAS, 2012, p. 53)

A participação pública ocorre geralmente na forma de consulta pública, onde a autoridade pode tomar a decisão contrária à vontade da maioria. No entanto, essa atitude pode ser inviabilizada, caso ocorra a participação acentuada da população e sejam coletadas suas percepções e pontos de vista

(SÁNCHEZ, 2020). O Poder Público é o responsável pela realização das consultas públicas, que deve informar de maneira apropriada à população e às demais partes interessadas uma proposta técnica para a criação de uma UC (WWF BRASIL, 2010, p.19). A ferramenta mais comum para estruturar a consulta pública é a audiência pública, que consiste em um evento formal sobre o assunto, com convite realizado pelo órgão governamental e aberto à sociedade, onde é explicado o projeto e após são feitas perguntas ao público, realizando esclarecimentos dos assuntos solicitados e debates (SÁNCHEZ, 2020).

A consulta pública deve esclarecer à população residente e do entorno da UC proposta, através do órgão executor, em linguagem acessível e clara, quais são as consequências que o grupo sofrerá com a criação das UCs (WWF BRASIL, 2010, p. 19). No entanto, existem muitos Parques no Brasil que não consideraram a população tradicional no processo de criação, como é abordado no estudo de Dios e Marçal (2012, p. 182) durante a criação do Parque Nacional de Jurubatiba, no estado do Rio de Janeiro, dois anos antes da lei do SNUC, a população local não foi contemplada, inclusive às que dependiam da exploração dos recursos naturais desta área. As autoras complementam que a participação da comunidade é um elo imprescindível para que a UC atinja seus objetivos de preservação.

No entanto, Leuzinger e Silva (2017) mencionam que os mecanismos de participação às populações que são afetadas pela criação das UCs possuem falhas, uma vez que não promovem a efetiva participação destes grupos. Este é o caso em que as consultas públicas possuem cunho educativo ao invés de possibilitar a influência destas populações nas conclusões sobre a implementação ou não da UC ou sobre a categoria de manejo mais adequada para tal situação.

No caso das populações residentes em Parques Nacionais, UC de proteção integral, as consequências estão relacionadas à remoção destas pessoas da área, como é abordado no SNUC, onde informa no seu artigo 42 que as populações tradicionais residentes em UCs que não permitem a presença humana serão indenizadas ou compensadas e realocadas pelo Poder Público (BRASIL, 2000). Semelhantemente, a população residente em Parques

Estaduais também deve ser removida das áreas. No caso do Parque Estadual da Pedra Branca, localizado em área urbana no Rio de Janeiro, essa questão representa um grande desafio para a gestão destes espaços, uma vez que a regularização fundiária é fundamental para a elaboração do plano de manejo, zoneamento e conservação da integridade da biodiversidade, fazendo necessário o investimento de recursos para a desapropriação da comunidade destes espaços (MOURA, COSTA, 2012, p. 259).

Complementarmente, é abordado no estudo de Nascimento (2019) que a regularização fundiária das UCs não ocorre de maneira satisfatória. Este processo ocorre lentamente, uma vez que os proprietários e os posseiros de terras não possuem prioridade na política de regularização fundiária do governo, formando um abismo entre o que está previsto em lei e a situação atual destas pessoas. Frente a esta questão, as comunidades nativas começaram a se posicionar e tornaram-se resistentes aos seus territórios de origem, que contém recursos naturais indispensáveis para a sua subsistência (NASCIMENTO, 2019).

As questões de conflitos não se restringem apenas à categoria de Parques, mas também em Reservas Biológicas, considerada uma categoria de UC de proteção integral. Segundo o estudo de Coelho, Cunha e Monteiro (2012, p. 84) a criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas causou revolta na comunidade local devido às políticas intolerantes do órgão gestor da UC, uma vez que previa a retirada da população local tradicional e o impedimento da exploração de castanha na área. Ainda de acordo com estes autores, o IBAMA, órgão gestor da UC, foi pressionado pela população para permitir a coleta de castanhas, ocasionando em acordo entre o IBAMA e a população tradicional, permitindo a coleta em meses de safra.

Diegues (2019) faz uma crítica à retirada das populações tradicionais das áreas dos Parques Nacionais, que é um modelo de área intocada pelo ser humano, sob uma política conservacionista e equivocada, que remove as populações tradicionais do seu território, transformando os lugares em não lugares. A permanência da população tradicional em áreas de proteção integral evidencia que as questões sociais devem estar atreladas às questões ambientais (NASCIMENTO, 2019). Em complemento, Diegues (2019)

menciona que as comunidades tradicionais possuem conhecimentos relevantes para serem incluídos na gestão dos recursos, que consiste na normatização da conduta humana sobre o uso dos recursos naturais, onde a gestão tradicional dos espaços envolve a eficiência técnica, a qualidade de vida, a sociabilidade, bem como os aspectos simbólicos, no entanto, este conhecimento não pode ser inserido nos sistemas atuais de gestão.

A criação das Áreas Protegidas afeta diretamente a vida e o território das pessoas que habitam dentro ou próximas destes espaços (PIMENTEL; RIBEIRO, 2016). Existem diferentes categorias de Áreas Protegidas, onde existem territorialidades e interesses diferentes, o que causa os conflitos existentes nestas áreas (PIMENTEL; RIBEIRO, 2016). O estudo de Diegues (2001, p.10) relata que a reprodução do modelo de áreas de preservação dos EUA para os demais países de terceiro mundo, como o Brasil, que apresentam situações ecológicas, sociais e culturais distintas, desencadeou problemas éticos, sociais, econômicos, políticos e culturais referentes à retirada dos moradores das áreas de Parques. A visão naturalista se refere à crença de que a única forma de proteção da natureza é o afastamento do ser humano das áreas que devem ser protegidas, onde estas áreas serão lugares paradisíacos para admiração, que o homem poderá ter contato (DIEGUES, 2001, p.10).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo decreto federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, define Povos e Comunidades Tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

O tema biodiversidade é alvo de estudos dos cientistas naturais, um assunto de interesse internacional e que vem conquistando espaço em diversas áreas do conhecimento, como nas ciências sociais, que abordam conceitos de povos e comunidades tradicionais, conhecimento e manejo tradicional, território tradicional e formas de apropriação tradicional (DIEGUES,

2019). Nesse cenário, existem dois conceitos centrais no que se refere aos conflitos socioambientais em algumas UCs: Território e Identidade, onde Nascimento (2019) discorre que:

Eles estão estreitamente relacionados entre si, uma vez que a identidade é um elemento central na constituição dos territórios, assim como os territórios são constitutivos das identidades, trazendo tanto os conteúdos simbólicos da ação, como os fatores condicionantes da estrutura social (NASCIMENTO, 2019, p. 313).

O isolamento de algumas populações e culturas tradicionais implica no desenvolvimento de um modo de vida particular ao grupo, com dependência dos ciclos naturais, conhecimento sobre os ciclos biológicos e sobre os recursos naturais, simbologias e mitos, bem como o desenvolvimento de uma linguagem específica (DIEGUES, 2001, p.10). Para Coelho, Cunha e Monteiro (2012, p.69) a criação e implementação de UCs implica na transformação das práticas dos grupos sociais, no aspecto mutável, conflituoso e complexo das relações sociais.

2.4 O Parque Nacional da Lagoa do Peixe

Dentre as categorias de áreas de proteção definidas pela IUCN, está o Parque Nacional, que é definido por grandes áreas naturais ou quase naturais, com vistas à proteção de processos ecológicos e ecossistemas característicos, com oportunidades espirituais, científicas e educacionais, dentre outros (DUDLEY, 2008).

Com o crescimento das civilizações urbano-industrial, após a Revolução Industrial, o ser humano foi considerado destruidor da natureza pelos preservacionistas, e por este motivo, passou-se a considerar uma área natural somente quando não há presença humana, ou seja, a população deveria ser retirada das áreas dos parques, e como resultado, a retirada dos seus pensamentos, experiências e conceitos de preservação (SILVA; BRITO, 2021).

A categoria de Parque Nacional está inserida na categoria de Proteção Integral, onde a legislação presume apenas o uso indireto dos recursos naturais no interior da unidade (BRASIL, 2000). A UC classificada como Parque

Nacional possui como objetivo a preservação dos ecossistemas naturais que possuem grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando o desenvolvimento de atividades de educação e realização de pesquisas científicas, de turismo ecológico e recreação em contato com a natureza (BRASIL, 2000).

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP) foi instituído pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e seu sucessor IBAMA o implementou. Atualmente, a gestão é realizada pelo ICMBio. A criação do Parque teve como objetivo a proteção de Áreas Úmidas, bem como a proteção de espécies animais, especialmente as aves migratórias, que encontram nesta região as condições ideais para alimentação e repouso (FURG,1999).

Em 1991 o Parque Nacional da Lagoa do Peixe foi incluído na Rede Hemisférica de Reservas de Aves Limícolas pela *Association of Fish Wildlife Agency* na categoria de Reserva Internacional (FURG,1999). Devido às características dos ecossistemas que compõe a região do PNLP apresentarem especificidades e atributos que lhe concede grande importância a nível mundial, a região onde está inserido o Parque foi tombada pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul em 1992 e o Parque foi inserido na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, na categoria de Zona de Núcleo (FURG, 1999).

O nome do Parque foi escolhido devido à importância da Lagoa do Peixe dentro do ecossistema, que na verdade é uma laguna, pois conecta-se ao Oceano Atlântico. É a maior laguna existente na área do Parque, com aproximadamente 35 km de extensão e sua importância está atrelada à procura das aves para alimentação, devido à sua pequena profundidade. Além disso, a Lagoa do Peixe contém uma grande abundância de microrganismos, que ampara uma significativa biomassa de crustáceos e peixes, muitos dos quais utilizam a Lagoa como berçário, onde as larvas e juvenis se desenvolvem (FURG, 1999).

O PNLP acolhe uma grande biodiversidade faunística e forma um dos mais importantes santuários das aves migratórias, que encontram nesta região um local de pouso e alimentos, como: algas, crustáceos, moluscos e o camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) (GOMES; PESSETTI, 2020). O

turismo de observação de aves migratórias vem trazendo visibilidade para a região (BENEDETTI, 2018).

As aves migratórias realizam voos anuais, percorrendo distâncias de até 10.000 km, desde as áreas de reprodução, na região ártica da América do Norte, até onde passam o inverno boreal, na Patagônia, como é o caso das Batuíras e Maçaricos. Essa região também abriga espécies de aves que passam vários meses do ano, como os Flamingos e o Maçarico-de-Papo-Vermelho, que se protegem do inverno austral do continente sul-americano (FURG, 1999). Atualmente, são conhecidas 182 espécies de aves residentes ou que visitam anualmente o parque (GOMES; PESSETTI, 2020).

No que se refere ao uso e cobertura da terra no PNLP, o estudo de Lima (2017) realizou um mapeamento, onde foi realizado o cálculo de áreas e constatado a presença das seguintes classes: Areias e Dunas (29%), Água Continental (12%), Água Costeira (11%), Cultivo de Floresta Exótica (2%), Áreas Úmidas (30%), Campo Remanescente (13%), Mata de Restinga (1%) e Área Exposta (2%).

Essa região é composta por comunidades tradicionais, como comunidades quilombolas e açorianas, com a presença de sítios arqueológicos de comunidades indígenas no Parque e seu entorno (PEREIRA, 2013). A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foi instituída pelo Decreto Federal nº 6.040 de 2007, que define povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem maneiras próprias de organização social, bem como utilizam os territórios e recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa ancestral e econômica, com a utilização dos conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos através da tradição (BRASIL, 2007).

Nesse cenário, estão inseridos os pescadores artesanais, alguns ainda habitam a área do Parque. A pesca artesanal é realizada diretamente pelo pescador profissional, utilizando embarcações de pequeno porte, de forma autônoma ou em regime de economia familiar (BRASIL, 2009). Essa atividade é uma prática repassada de geração em geração e os conhecimentos adquiridos provêm do diálogo nos ambientes de sociabilidade, bem como através da observação aos mais velhos (WAGNER; SILVA, 2021).

Mesmo a categoria de Parque Nacional não permitindo usos diretos em seu território, a pesca na Lagoa do Peixe é permitida para os pescadores cadastrados, orientada através de um termo de compromisso entre o ICMBio e a colônia de pesca de Tavares/RS (Z11), que tem como objetivo estabelecer regras para as condições de acesso, uso e manejo dos recursos naturais, com ênfase nos recursos pesqueiros, pelo pescador artesanal tradicional beneficiário, no interior do PNLP. Dessa forma, são asseguradas as características socioeconômicas e culturais do grupo de pescadores, compatibilizando o acesso, uso e manejo com os objetivos da UC (ICMBIO, 2019).

As regras deste termo de compromisso informam quais são os locais permitidos e proibidos à pesca, orienta como deverá ocorrer a pesca do camarão-rosa, do siri e dos peixes na Lagoa do Peixe, bem como a pesca no ambiente marinho na área do Parque. Também fornece instruções de como deverá ocorrer a comercialização, transporte e beneficiamento dos pescados, dentre outros pontos abordados no documento (ICMBio, 2019).

Todas estas imposições, quanto ao uso dos recursos disponíveis, direcionada à população que já era residente na área, antes da criação do PNLP, são causadoras de conflitos e geram incertezas às famílias que dependem da pesca artesanal para subsistência.

A criação do PNLP não causou incômodo apenas aos pescadores, mas também aos proprietários de terras, visto que a condição das terras no PNLP é de desapropriação. O limite do parque não atinge as propriedades em toda sua área, no entanto, as terras mais férteis, que são utilizadas para agricultura e pecuária, estão dentro da área de UC. A situação implicou na tentativa de venda por alguns proprietários, temendo a desapropriação, no entanto, muitos proprietários não estão dispostos a vender suas propriedades, visto que as terras pertencem à família há várias gerações (FURG, 1999).

Além disso, as faixas de praias marinhas do município de Tavares estão quase em toda sua extensão inseridas na área do Parque. Dessa forma, torna-se necessário encontrar uma solução para que seja garantido o lazer dos munícipes, além de que deve ser considerada a questão do impacto econômico da exploração turística da faixa de praia (FURG, 1999).

Como já foi mencionado anteriormente, na data de criação do PNL P a região já era habitada há anos, além de que não houve consulta popular para a implementação da UC. Com as restrições impostas à população tradicional quanto ao uso dos recursos naturais, problemas de desapropriação, bem como limitações do uso das terras, uma série de conflitos são gerados devido ao estilo de vida da população (SILVA, et.al, 2017). As autoras Rosa e Caporlingua (2017) mencionam em seu trabalho que as políticas públicas devem fornecer tratamento justo e envolvimento dos grupos sociais afetados, auxiliando na tomada de decisão.

O estudo de Scalco e Gontijo (2017) relata uma situação semelhante à enfrentada pela comunidade tradicional afetada pela implementação do PNL P, onde as comunidades rurais de Minas gerais, que habitam o entorno das UCs, localizadas na área do Mosaico do Espinhaço, vem sofrendo restrições das atividades tradicionais que costumavam realizar e que faziam parte da renda familiar com a criação das áreas de proteção, sem haver consulta popular.

A lei federal nº 9.784 de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, aborda em seu conteúdo dois instrumentos de interlocução comunitária: a consulta pública e a audiência pública. A consulta pública deve acontecer quando a matéria do processo se referir a assunto de interesse geral e não houver prejuízo para a parte interessada. A audiência pública poderá ser realizada, diante da relevância da questão, para debates entre a administração e os administrados sobre a matéria do processo (BRASIL, 1999).

A participação pública pode ocorrer de diversas outras maneiras, como através de enquetes, consultas eletrônicas, debates e outros. Os instrumentos de participação pública conferem a oportunidade da manifestação dos interesses e opiniões da população afetada, bem como fornecem legitimidade e transparência às decisões administrativas. No entanto, a participação pública ainda é irrisória, devido à falta de exploração das normas existentes que conferem este direito (BORGES, 2013).

Em 2008, foi publicada a Instrução Normativa nº 5/08 do ICMBio, informando que a consulta pública consiste em reuniões públicas ou outras formas de ouvir a população local e partes interessadas, comunicado em linguagem acessível, as implicações da criação da UC. Ainda, a normativa

aborda que, para o processo de criação da UC seja efetivado, deve constar documentos que comprovem que houve consulta pública (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2008).

A garantia da construção da participação pública pelos gestores deve seguir os princípios da representatividade, clareza e transmissão de informações, fornecendo referências de equidade, comprometimento e transparência ao processo e seus integrantes (SILVA, et.al, 2017). A inserção das ciências sociais promove um panorama mais completo, através do qual pode auxiliar na tomada de decisões pela gestão. As percepções da população devem ser integradas aos protocolos de monitoramento e avaliação, sendo incluídas nas formulações de políticas deliberativas e ao manejo adaptativo para a conservação do meio ambiente (BENNETT, 2016).

O conhecimento da percepção da população local pode ser empregado no entendimento do motivo pelo qual tal população não apoia determinada iniciativa, de forma que os gestores consigam avaliar o que está inadequado e ajustar da maneira correta (BENNETT, 2016). A busca pelo fortalecimento da população local dentro dos conselhos gestores é imprescindível, legitimando a representatividade e a defesa dos interesses dos grupos sociais envolvidos (SILVA, et.al, 2017).

O estudo de Rosa e Caporlingua (2017) expõe que uma educação ambiental emancipatória, voltada à população tradicional e aos gestores da UC, pode promover o desenvolvimento de diálogo e melhoria da gestão do PNL. Além do mais, com a implementação da educação ambiental nestes espaços de conflitos, a população local pode ser legitimada e reconhecida como zeladores de áreas preservadas (ROSA; CAPORLINGUA, 2017).

3. Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, que possui a intenção de proporcionar visão geral sobre o fato estudado, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, formulando problemas mais pertinentes e hipóteses pesquisáveis em futuros estudos (GIL, 1987, p. 44 e 45).

As pesquisas exploratórias podem englobar levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 1987, p.44). Esta pesquisa se enquadra no tipo estudo de caso, definida como uma situação empírica que pesquisa um fenômeno atual inserido no contexto da vida real (YIN, 2001, p. 32).

A técnica de coleta de evidências para a execução do estudo de caso é a entrevista. As entrevistas são compostas por questões formuladas oralmente aos participantes, que também respondem oralmente (GIL, 1987).

As entrevistas semiestruturadas obedecem a um guia que é utilizado pelo pesquisador na interlocução, com uma sequência ordenada, auxilia na obtenção das hipóteses ou pressupostos pelos pesquisadores. No entanto, nesse tipo de entrevista é importante que o pesquisador não apenas obtenha as respostas dos seus questionamentos, mas que também inove e dê margem ao entrevistado para falar de forma livre as relevâncias dos interlocutores em campo (MINAYO; COSTA, 2018). Optou-se por utilizar entrevistas semiestruturadas com todos os atores sociais, uma vez que este tipo de entrevista oferece oportunidade de o entrevistado informar assuntos considerados relevantes sem que seja necessariamente perguntado pelo pesquisador (MINAYO, COSTA, 2018).

Nesse contexto, a amostragem foi delineada pelo critério de saturação da questão investigada na pesquisa, com a ausência de número pré-estabelecido de sujeitos participantes da pesquisa (GASKELL, 2003). No entanto, foi necessário delimitar na Plataforma Brasil o número de sujeitos participantes.

3.1 Área de Estudo

A área de estudo desta pesquisa será o PNLP, que está situado entre o Oceano Atlântico e a Laguna dos Patos, e entre dois municípios pequenos: Tavares, que possui 5.212 habitantes e Mostardas, com 12.090 habitantes, localizados no estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2022).

As atividades econômicas desta região consistem basicamente no setor primário da economia, como a agricultura, pecuária e pesca. Atualmente, a atividade turística vem sendo desenvolvida na região devido à criação do PNLP e as belezas naturais existentes são pontos de atração. A Figura 1 mostra o mapa de localização da área de estudo.

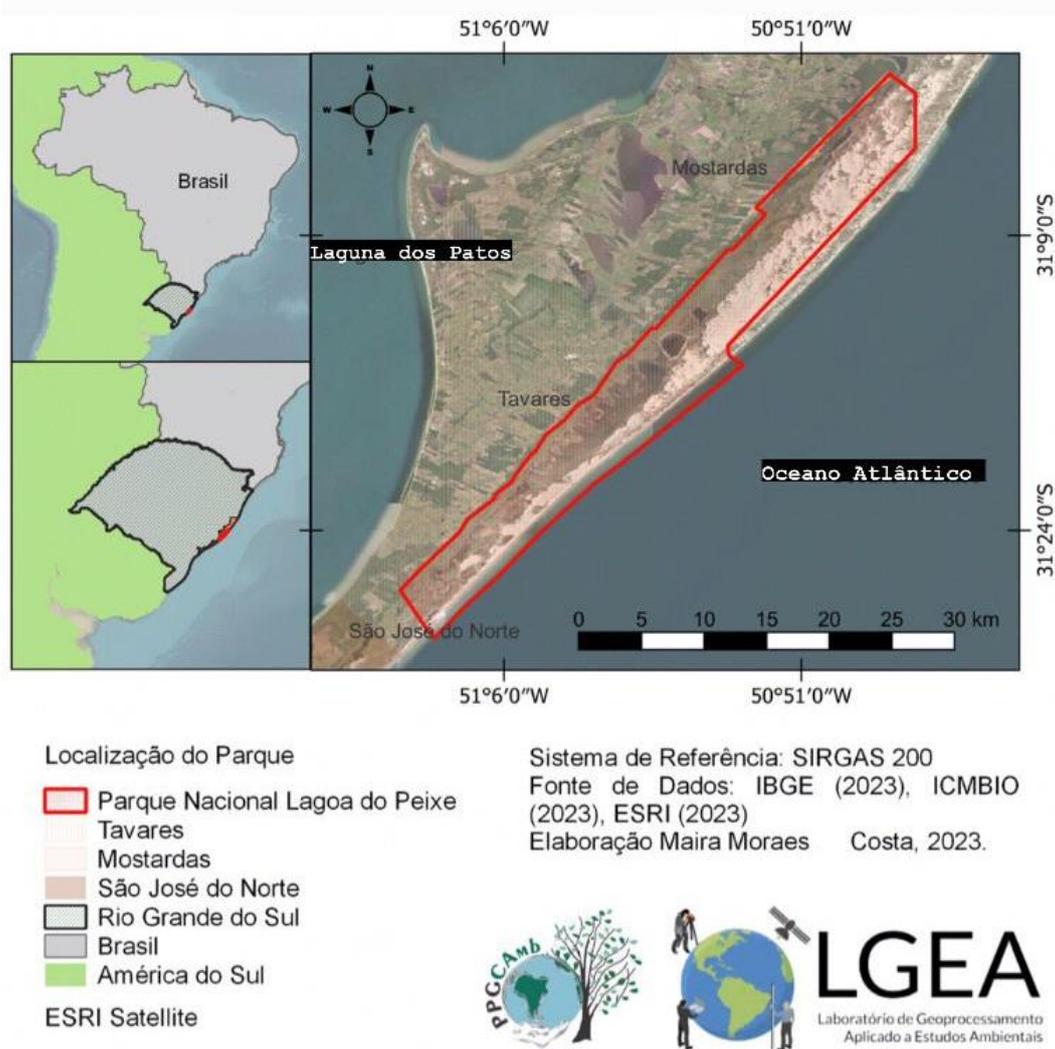


Figura 1 - Mapa de Localização da Área.

Fonte: A autora, 2023.

3.2 Atores Sociais da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com os atores sociais envolvidos no processo de criação da UC: pescadores artesanais, proprietários de terras, representante da associação de pescadores artesanais, representante da associação dos proprietários de terras e com o órgão ambiental responsável pela gestão da UC, ICMBio.

O critério de escolha para os atores sociais participantes da pesquisa consistiu na abrangência dos grupos que foram diretamente afetados pela criação do PNL e tiveram suas atividades modificadas, pescadores artesanais e proprietários de terras, bem como o ICMBio que realiza a gestão da UC. Outros atores sociais relevantes não foram contemplados na pesquisa, como: prefeitos dos municípios, integrantes do conselho consultivo e trabalhadores da área do turismo, dentre outros. Os atores sociais que participaram das entrevistas estão ilustrados na Figura 2.

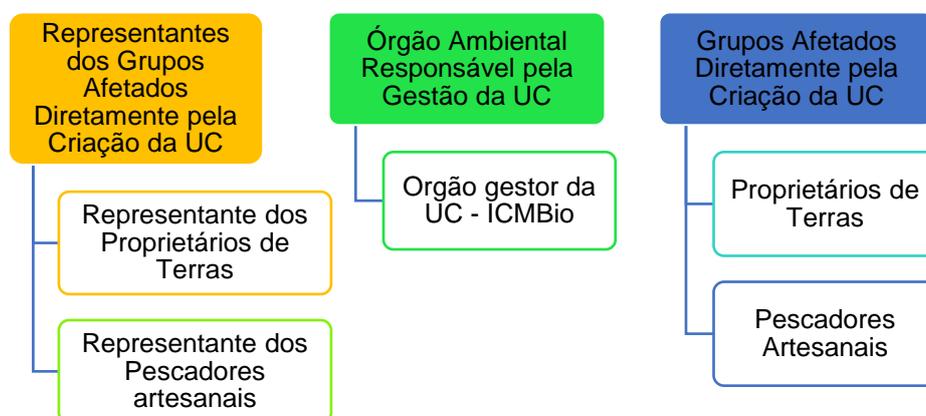


Figura 2 - Fluxograma dos Atores Sociais da Pesquisa.

Fonte: A autora, 2022.

Para início da coleta de dados foi disponibilizado um termo de consentimento para cada participante, onde foi informado sobre a gravação das entrevistas, dentre outros pontos pertinentes, conforme o termo disponibilizado no Apêndice 1 para as pessoas que participaram das entrevistas presenciais e

on-line (caso do órgão gestor apenas, cuja entrevista foi à distância, no formato remoto).

3.3 Etapas da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com os atores sociais em três etapas distintas. Essas etapas correspondem à ordem em que foram realizadas as entrevistas semiestruturadas. O esquema pode ser observado na Figura 3.



Figura 3 - Fluxograma das Etapas da Pesquisa.

Fonte: A autora, 2022.

A Etapa 1 da pesquisa foi dividida em duas ações, onde cada ação teve um entrevistado que era o representante do grupo de pessoas diretamente afetadas pela criação da UC. A Etapa 2 consistiu na entrevista com o representante ou representantes do ICMBio. A Etapa 3 também foi dividida em duas ações, onde cada ação correspondeu a um determinado grupo de pessoas diretamente afetadas pela criação da UC.

3.4 Coleta de Dados e Seleção dos Entrevistados

A coleta de dados da pesquisa ocorreu por meio dos mesmos instrumentos de coleta para todos os atores sociais. Na Etapa 1, foi realizada entrevista semiestruturada de forma presencial com os representantes das associações. Na Etapa 2, foi realizada entrevista semiestruturada através de plataforma *on-line* com o órgão responsável pela gestão do PNL. A Etapa 3, consistiu em entrevistas semiestruturadas com os grupos diretamente afetados, ou seja, pescadores artesanais e proprietários de terras. As etapas de coletas de dados estão ilustradas na Figura 4.

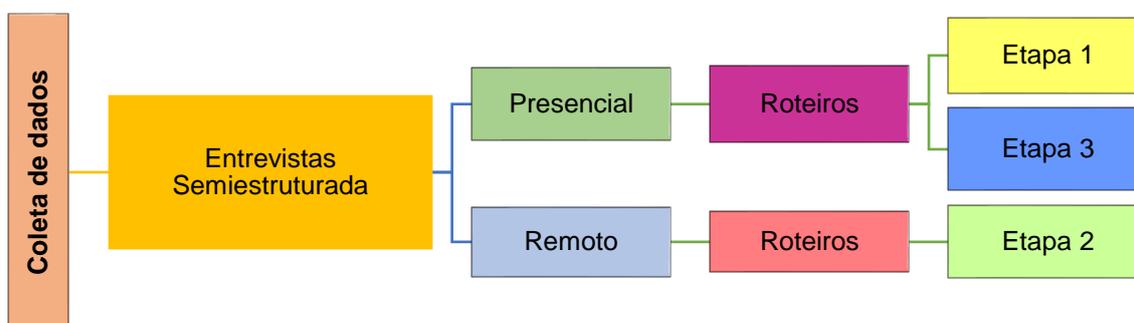


Figura 4 – Fluxograma da Coleta de Dados e Etapas da Pesquisa.

Fonte: A autora, 2022.

No que se refere à escolha das pessoas que foram entrevistadas, na Etapa 1, foram entrevistadas 2 pessoas, que são os representantes das associações. Na Etapa 2, foi entrevistado 1 funcionário do ICMBio. Na Etapa 3, foram entrevistados 10 pescadores artesanais e 8 proprietários de terras. Foi utilizada a técnica *snowball* ou “bola de neve”. Esse método utiliza cadeias de referência, onde os informantes-chaves, chamados de “sementes” localizam as pessoas com o perfil adequado para contribuir com a pesquisa, posteriormente, estas pessoas indicam novos contatos e assim sucessivamente (VINUTO, 2014). Essa técnica emprega uma seleção não probabilística, utilizada em pesquisas sociais, cujos participantes iniciais indicam novos participantes, que, conseqüentemente, indicarão novos sujeitos e assim sucessivamente, até

chegar ao ponto de saturação da entrevista, quando os novos entrevistados repetirem ideias contidas nos depoimentos anteriores (BALDIN; MUNHOZ, 2014).

Os primeiros participantes da pesquisa são chamados de “sementes”, que devem possuir conhecimento da localidade, do fato ou de pessoas envolvidas na questão investigada, para assim indicarem os próximos participantes, que são chamados de “filhos das sementes”. Essa cadeia de informantes gera heterogeneidade entre as cadeias analisadas, surgindo participantes com diferenças culturais, diferentes atividades praticadas. Ainda, em pesquisa envolvendo questões de educação ambiental se mostrou um método crítico, inovador e importante mecanismo de transformação social (BALDIN; MUNHOZ, 2014)

A justificativa para a adoção desse método consiste na inviabilidade de entrevistar todos os pescadores artesanais (aproximadamente 202) e todos os proprietários de terras (aproximadamente 250 propriedades), por isso considerou-se as pessoas mais relevantes da região para iniciar as entrevistas, inseridos na Etapa 1 e Etapa 2, que indicaram os próximos entrevistados. Sendo assim, os informantes-chave iniciais (sementes), de acordo com o método “bola de neve” foram: o representante dos pescadores artesanais, o representante dos proprietários de terras e o ICMBio. Estes informantes indicaram os demais entrevistados, chamados de “filhos das sementes”. A técnica “bola de neve” utilizada nessa pesquisa está representada no fluxograma abaixo, conforme mostra a Figura 5.

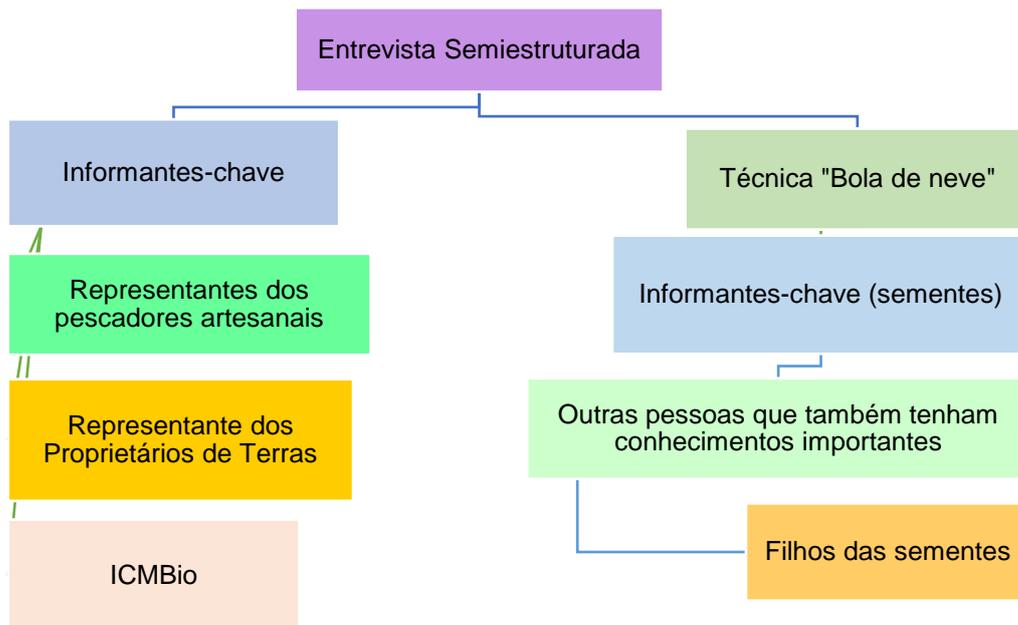


Figura 5 - Fluxograma da Técnica Bola de Neve Aplicado à Pesquisa

Fonte: A autora, 2022.

Outros autores também utilizaram a técnica bola de neve para a seleção de entrevistados no PNLP. As pesquisas de Doebber (2017) e Almudi e Kalikoski (2009) entrevistaram pescadores artesanais e funcionários do ICMBio do PNLP com diferentes temáticas, porém, utilizando a mesma técnica. Além disso, a técnica é utilizada em pesquisas internacionais que estudam populações locais e parques nacionais. Nesse cenário, foi encontrado os estudos de Forje e Tchamba (2022) que estudou o desenvolvimento do ecoturismo em Camarões, no Parque Nacional do Campo-Ma'na e o estudo de Santoso et al. (2023) que utilizou a mesma técnica para a seleção da população local do Parque Nacional Lago Sentarum para observarem uma espécie de primata.

O convite para participar das entrevistas ocorreu presencialmente na Etapa 1. Na Etapa 2, foi enviado uma carta convite ao órgão gestor do PNLP, o ICMBio, para a entrevista, que ocorreu por meio de plataforma *on-line*. Na Etapa 3 o convite também foi realizado presencialmente, após a indicação dos informantes-chave. As entrevistas ocorreram entre 6 de março de 2023 e 21 de abril de 2023.

3.5 Os Roteiros das Entrevistas

3.5.1 Etapa 1: Entrevistas com os Representantes das Associações

A Etapa 1 foi dividida em duas ações, que consistem em uma entrevista presencial com o representante da Colônia dos Pescadores Artesanais e outra com o representante da Associação dos Proprietários de Terras, a fim de identificar como funciona a organização desses grupos, quais medidas já foram tomadas, quais direitos foram conquistados ao longo dos anos após a criação do PNLP e quais as possíveis soluções para os conflitos na área.

Para obter as respostas das questões mencionadas, foi elaborado um roteiro para guiar a entrevista com o representante da Colônia de Pescadores Artesanais, cujo instrumento de coleta de dados está dividido em assuntos:

Tabela 2 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais
(*Continua...*)

Roteiro para entrevista presencial com o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais
Identificação
1) Idade, sexo e profissão:
Sobre a Colônia de Pescadores
2) Comente sobre a colônia de pescadores (criação, número de associados e organização).
3) Como ocorre a orientação do ICMBlo para a Colônia dos Pescadores sobre as restrições? Como a Colônia orienta os pescadores?
4) Qual a importância do representante para a gestão dos conflitos?
Sobre a História da Pesca no Parque
5) Comente sobre a história da pesca nessa região antes da criação da UC e após sua criação
6) Quanto às restrições impostas pelo órgão gestor de como a pesca deve ser realizada na Lagoa do Peixe, tipo de rede, período de pesca, dentre outras. Qual a importância destas medidas para a manutenção do ecossistema? Tem condições que considera necessária e/ou desnecessária? Comente sobre elas.
Sobre a Criação da Unidade de Conservação
7) Como foi a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a sua opinião sobre a criação da UC?
8) Como foi o processo participativo dos pescadores na criação da UC?
9) Como você acha que o Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe considera o grupo de pessoas que serão afetadas com a efetiva implementação do Parque?

Tabela 3 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Colônia dos Pescadores Artesanais (...Continuação).

Sobre a Criação da Unidade de Conservação
10) Se pudesse propor modificações no Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, quais seriam?
11) Como os pescadores se relacionam com os recursos ambientais que são preservados na UC?
Situações de Conflitos
12) Comente como as situações de conflito impactam sobre a vida do pescador artesanal.
13) Quais atitudes podem resolver os conflitos nessa UC?
14) O que você pensa sobre a criação de um mosaico composto parcialmente por UC compatível com a atividade de pesca na atual área do parque seria uma possível solução para os conflitos?
Sobre os Pescadores Artesanais
15) Quais as principais atividades econômicas, sociais e culturais são desenvolvidas pelos pescadores artesanais?
16) Quais os benefícios e quais os prejuízos você acredita que a permanência dos pescadores artesanais causaria ao parque?
17) Como a incerteza quanto à permanência ou não da pesca impacta na vida dos pescadores artesanais?
18) Quais os principais impactos positivos e impactos negativos das mudanças que ocorreram com a criação do parque para os pescadores artesanais?
19) Caso haja o impedimento das atividades de pesca, quais as consequências você prevê que sentirão os afetados? Questões sociais, econômicas, ambientais.
20) Qual a importância da educação ambiental para a redução dos conflitos?
21) Você já participou de alguma ação envolvendo educação ambiental?
22) Como os Pescadores Artesanais participam do Conselho Consultivo da UC?

Fonte: A autora, 2022.

De maneira semelhante à entrevista com o representante da Colônia dos Pescadores Artesanais, a entrevista com o representante dos Proprietários de Terras foi guiada através de um roteiro cujo instrumento de coleta de dados dividido em assuntos:

Tabela 4 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Associação dos Proprietários de Terras (Continua...).

Roteiro para entrevista presencial com o Representante da Associação dos Proprietários de Terras
Identificação
1) Idade, sexo e profissão:
Sobre a Associação dos Proprietários de Terras
2) Comente sobre a da Associação dos Proprietários de Terras (criação, número de associados e organização).
3) Como ocorre a orientação do ICMBlo para a Associação dos Proprietários sobre as restrições? Como a Associação orienta os proprietários?
4) Qual a importância do representante para a gestão dos conflitos?

Tabela 5 - Roteiro para Entrevista com o Representante da Associação dos Proprietários de Terras (...*Continuação*).

Sobre a Região do Litoral Médio
5) Comente sobre colonização na região da Lagoa do Peixe e a história na região.
Sobre a Criação da Unidade de Conservação
6) Como foi a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a sua opinião sobre a criação da UC?
7) Como foi o processo participativo dos proprietários de terras na criação da UC?
8) Como você acha que o Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe considera o grupo de pessoas que serão afetadas com a efetiva implementação do Parque?
9) Se pudesse propor modificações no Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, quais seriam?
10) Como os proprietários de terras se relacionam com os recursos ambientais que são preservados na UC?
Situações de Conflitos
11) Comente como as situações de conflito impactam sobre a vida do proprietário de terra.
12) Quais atitudes podem resolver os conflitos nessa UC?
13) O que você pensa sobre a criação de um mosaico composto parcialmente por UC compatível com a atividade humana na atual área do parque seria uma possível solução para os conflitos?
Sobre os Proprietários de Terras
14) Quais as principais atividades econômicas, sociais e culturais são desenvolvidas pelos proprietários de terras?
15) Quais os benefícios e quais os prejuízos você acredita que a permanência dos proprietários de terras causaria ao parque?
16) Como a incerteza quanto à permanência ou não das atividades impacta na vida dos proprietários de terras?
17) Quais os principais impactos positivos e impactos negativos das mudanças que ocorreram com a criação do parque para os proprietários de terras?
18) Caso ocorra a desapropriação, quais as consequências você prevê que sentirão os afetados? Questões sociais, econômicas, ambientais.
19) Qual a importância da educação ambiental para a redução dos conflitos?
20) Já participou de alguma ação envolvendo esse assunto?
21) Como os Proprietários de Terras participam do Conselho Consultivo da UC?
22) Qual reação você acredita que os Proprietários de Terras terão ao desapropriar as propriedades do oceano até a margem da lagoa do Peixe?

Fonte: A autora, 2022.

As questões abordadas nas entrevistas foram disponibilizadas anteriormente. Cada entrevista foi gravada, conforme informado no termo de consentimento, com o intuito de evitar interpretações equivocadas e facilitar o tratamento dos resultados.

3.5.2 Etapa 2: Entrevista com o órgão gestor do PNLP (ICMBio)

Na Etapa 2 foi realizada uma entrevista através de uma plataforma *on-line* com funcionários representantes do ICMBio, que é o atual órgão gestor do PNLP. O intuito da entrevista foi verificar qual sua posição com relação aos grupos afetados pela implementação do Parque, quais as formas de participação pública foram concedidas à população habitante da região, quais as preocupações com a UC, a possibilidade de recategorização do PNLP, questões de educação ambiental com a comunidade, a participação destas no conselho gestor e as possíveis soluções para a resolução dos conflitos.

Tabela 6 - Roteiro para Entrevista com o ICMBio.

Questões Orientadoras – Entrevista ICMBio
1) O que motivou a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe?
2) Na época de criação foi cogitada a criação de uma UC que compatibilizasse com a atividade humana?
3) Quais as principais preocupações do ICMBio com o Parque Nacional da Lagoa do Peixe?
4) Existe a possibilidade de um novo plano de manejo para a UC?
5) Como as situações de conflitos impactam sobre a vida dos pescadores, proprietários e sobre a conservação da UC?
6) Quais medidas o ICMBio considera válida para a resolução dos conflitos? Quais estão sendo adotadas?
7) Quais os benefícios e quais os prejuízos você acredita que a permanência dos proprietários de terras em suas propriedades causaria ao parque?
8) Quais os benefícios e quais os prejuízos você acredita que a permanência dos pescadores artesanais causaria ao parque?
9) Existe alguma proposta para a recategorização total ou parcial do Parque?
10) Quais possibilidades para a criação de um mosaico composto parcialmente por UC compatível com a atividade humana na área do parque? Como o ICMBio percebe a criação de um mosaico para a redução dos conflitos?
11) Como funciona o conselho gestor da UC?
12) Como ocorre a participação pública no conselho gestor da UC? (diálogo, ações, etc)
13) Quais os benefícios e prejuízos da retirada do gado em toda a área do Parque?
14) Quais serão as alternativas dadas a população, caso sejam desapropriadas e tenham suas atividades econômicas proibidas no caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe?
15) Como são desenvolvidas atividades de educação ambiental com os moradores? Como é a participação e receptividade dos moradores?
16) Quais as formas de participação pública que foram utilizadas antes da implementação do parque e depois? Você considera que foram suficientes e são suficientes?
17) Como o ICMBio considera importante o licenciamento ambiental para silvicultura na área de amortecimento?
18) Qual a perspectiva que o ICMBio tem para o Parque daqui 5, 10 e 20 anos?

Fonte: A autora, 2022.

As questões abordadas na entrevista foram disponibilizadas presencialmente ao funcionário entrevistado em momento anterior à entrevista. A entrevista foi gravada, conforme informado no termo de consentimento, com o intuito de evitar interpretações equivocadas e facilitar o tratamento dos resultados.

3.5.3 Etapa 3: Entrevista com os Pescadores Artesanais e com os Proprietários de Terras

A Etapa 3 foi realizada em duas ações: a primeira consistiu em entrevistas presenciais e individuais com os pescadores artesanais, e a segunda contemplou entrevistas presenciais e individuais os proprietários de terras. Os participantes das entrevistas foram indicados pelo ICMBio, pelos representantes dos grupos de pescadores artesanais e dos proprietários de terras, que são as “sementes”.

Foi elaborado um roteiro para guiar as entrevistas com os pescadores artesanais do PNL, cujo instrumento de coleta de dados foi dividido em assuntos:

Tabela 7 - Roteiro para Entrevista com os Pescadores Artesanais (*Continua...*).

Roteiro para entrevista presencial com os Pescadores Artesanais	
Identificação	
1)	Idade, sexo e profissão:
Sobre a Criação da Unidade de Conservação	
2)	Como foi a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a sua opinião sobre a criação da UC?
3)	Como foi o processo participativo dos pescadores na criação da UC?
4)	Como você acha que o Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe considera o grupo de pessoas que serão afetadas com a efetiva implementação do Parque?
5)	Se pudesse propor modificações no Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, quais seriam?
6)	Como os pescadores se relacionam com os recursos ambientais que são preservados na UC?
Situações de Conflitos	
7)	Comente como as situações de conflito impactam sobre a vida do pescador artesanal.
8)	Quais atitudes podem resolver os conflitos nessa UC?

Tabela 8 - Roteiro para Entrevista com os Pescadores Artesanais (...*Continuação*).

Situações de Conflitos
9) O que você pensa sobre a criação de um mosaico composto parcialmente por UC compatível com a atividade de pesca na atual área do parque seria uma possível solução para os conflitos?
10) Qual a importância do representante para a gestão de conflitos?
Sobre os Pescadores Artesanais
11) Comente sobre a sua atividade de pesca artesanal.
12) Quanto às restrições impostas pelo órgão gestor de como a pesca deve ser realizada na Lagoa do Peixe, tipo de rede, período de pesca, dentre outras. Qual a importância destas medidas para a manutenção do ecossistema? Tem condições que considera necessária e/ou desnecessária? Comente sobre elas.
13) Quais as principais atividades econômicas, sociais e culturais são desenvolvidas pelos pescadores artesanais?
14) Quais os benefícios e quais os prejuízos você acredita que a permanência dos pescadores artesanais causaria ao parque?
15) Como a incerteza quanto à permanência ou não da pesca impacta na vida dos pescadores artesanais?
16) Quais os principais impactos positivos e impactos negativos das mudanças que ocorreram com a criação do parque para os pescadores artesanais?
17) Caso haja o impedimento das atividades de pesca, quais as consequências você prevê que sentirão os afetados? Questões sociais, econômicas, ambientais.
18) Qual a importância da educação ambiental para a redução dos conflitos?
19) Você já participou de alguma palestra envolvendo esse assunto?
20) Como os Pescadores Artesanais participam do Conselho Consultivo da UC?

Fonte: A autora, 2022.

Atualmente, estão inseridos 202 pescadores artesanais tradicionais que são beneficiários do termo de compromisso entre o ICMBio e a colônia de pesca de Tavares/RS (Z11), dos quais um percentual será entrevistado (ICMBio, 2019).

Foram entrevistados 8 proprietários de terras de forma individual, através de um roteiro para guiar a entrevista, cujo instrumento de coleta de dados está dividido em assuntos.

Tabela 9 - Roteiro para Entrevista com os Proprietários de Terras (*Continua...*).

Roteiro para entrevista presencial com os Proprietários de Terras
Identificação
1) Idade, sexo e profissão:
Sobre a Criação da Unidade de Conservação
2) Como foi a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a sua opinião sobre a criação da UC?
3) Como foi o processo participativo dos proprietários de terras na criação da UC?
4) Como você acha que o Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe considera o grupo de pessoas que serão afetadas com a efetiva implementação do Parque?
5) Se pudesse propor modificações no Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, quais seriam?

Tabela 10 - Roteiro para Entrevista com os Proprietários de Terras (...*Continuação*).

Sobre a Criação da Unidade de Conservação	
6)	Se pudesse propor modificações no Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, quais seriam?
7)	Como os proprietários de terras se relacionam com os recursos ambientais que são preservados na UC?
Situações de Conflitos	
8)	Comente como as situações de conflito impactam sobre a vida do proprietário de terra.
9)	Quais atitudes podem resolver os conflitos nessa UC?
10)	O que você pensa sobre a criação de um mosaico composto parcialmente por UC compatível com a atividade humana na atual área do parque seria uma possível solução para os conflitos?
11)	Qual a importância do representante para a gestão de conflitos?
Sobre os Proprietários de Terras	
12)	Comente sobre a sua atividade na propriedade.
13)	Quais as principais atividades econômicas, sociais e culturais são desenvolvidas pelos proprietários de terras?
14)	Quais os benefícios e quais os prejuízos você acredita que a permanência dos proprietários de terras causaria ao parque?
15)	Como a incerteza quanto à permanência ou não das atividades impacta na vida dos proprietários de terras?
16)	Quais os principais impactos positivos e impactos negativos das mudanças que ocorreram com a criação do parque para os proprietários de terras?
17)	Caso ocorra a desapropriação, quais as consequências você prevê que sentirão os afetados? Questões sociais, econômicas, ambientais.
18)	Qual a importância da educação ambiental para a redução dos conflitos?
19)	Você já participou de alguma palestra envolvendo esse assunto?
20)	Como os Proprietários de Terras participam do Conselho Consultivo da UC?
21)	Você acredita que os Proprietários de Terras estariam dispostos a desapropriar as propriedades do oceano até a margem da lagoa do Peixe?

Fonte: A autora, 2022.

Atualmente, existem aproximadamente 250 propriedades na área do Parque. Devido às compras e sucessões familiares nas terras ocorrerem com frequência, a obtenção de um número exato de propriedades na área se torna difícil (informação verbal)¹.

3.6 Ética da Pesquisa

Os entrevistados e a autora da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo autorização dos entrevistados para gravação dos seus relatos e posterior transcrição, com a garantia do anonimato. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de

² Nota fornecida por funcionário do ICMBio em julho de 2021.

Medicina da Universidade Federal de Pelotas, número do Parecer: 5.889.607, conforme a Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual estabelece as normas éticas em pesquisas com seres humanos.

3.7 Tratamento dos dados

O tratamento dos dados foi realizado posteriormente a coleta de dados em campo, após a transcrição, mediante as citações diretas das expressões verbais dos participantes, tendo em vista a identificação das principais percepções dos pescadores artesanais e dos proprietários de terras, dos presidentes das associações e do órgão gestor ICMBio.

A análise dos dados foi realizada preliminarmente, a transcrição das entrevistas, com o auxílio de recurso computacional, ferramenta de transcrever do Word, e de forma manual foram realizados os ajustes do material transcrito, o que resultou em um material de 364 páginas, com tempo médio das entrevistas de 60 minutos.

Para o tratamento dos resultados, a análise de conteúdo manual é o meio mais adequado para a pesquisa de dados abertos (BAUER; GASKELL, 2003). A análise de conteúdo é desenvolvida em três etapas, de acordo com a metodologia desenvolvida por Bardin (2016): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

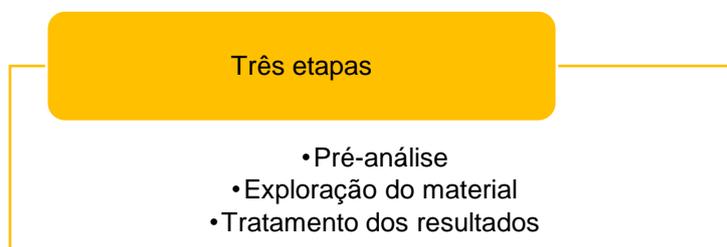


Figura 6 - Fluxograma da Análise de Conteúdo de Bardin

Fonte: Adaptado de Bardin (2016)

A primeira etapa consiste na pré-análise, que se configura na organização do material, para disposição das ideias preliminares, que orientará os desdobramentos dos procedimentos posteriores. Para isso, deve ser realizada a “leitura flutuante” inicialmente, que deve atender diretrizes de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. A autora explica cada diretriz, onde a exaustividade consiste na imprescindibilidade de elementos considerados importantes que compõe o material; a representatividade é o conjunto de elementos estipulados que seja representativo aos dados iniciais; a homogeneidade garante que o material escolhido observe os conteúdos a serem avaliados e a pertinência certifica que os materiais são devidos aos objetivos da pesquisa (BARDIN, 2016).

A segunda etapa diz respeito à exploração do material, onde deverá ser realizada uma codificação do material por meio dos temas, contextos e outros aspectos que possibilitem a transformação dos “dados brutos” em “unidades”, as quais viabilizam na “categorização”. A caracterização dos materiais consiste na identificação de informações que fazem parte de um conjunto de elementos, que recebem o nome de “unidades de registro”, que devem estar previamente organizados (BARDIN, 2016). A codificação do material foi feita através de cores diferentes para as categorias encontradas. Dessa forma, a identificação das categorias no documento foi facilitada, uma vez que as informações das categorias estavam destacadas por cores diferentes. Por último, a terceira etapa, o tratamento e interpretação dos dados consiste na inferência e interpretação dos resultados (BARDIN, 2016).

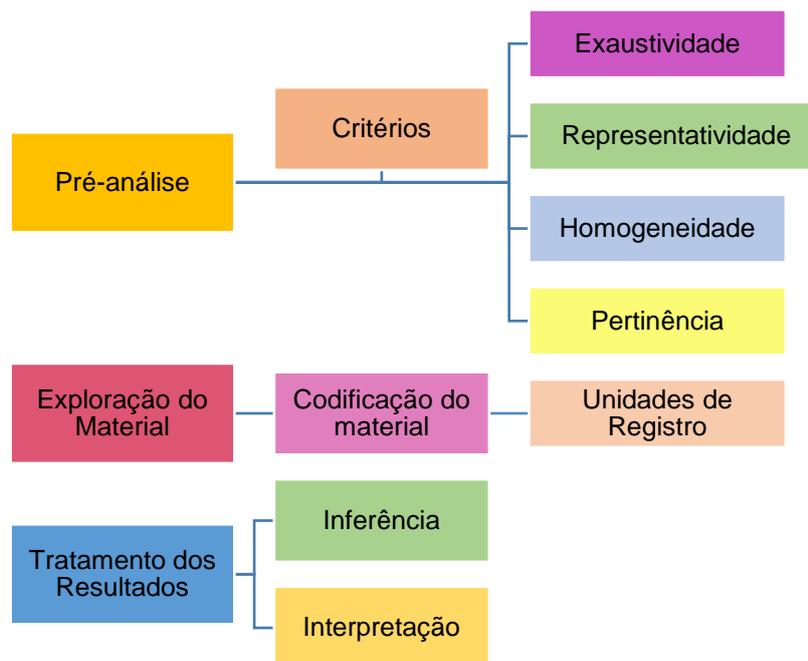


Figura 7 - Fluxograma Etapas da Análise de Conteúdo de Bardin.

Fonte: Adaptado de Bardin (2016)

4. Resultados e Discussão

4.1. Panorama do Processo de Criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe através da Percepção dos Atores Sociais

4.2. As Situações de Conflitos e Impactos sobre os Atores Sociais como Consequências do Processo de Criação do PNL

4.3. Atividades Desenvolvidas por Pescadores Artesanais e Proprietários de Terras

4.4. Relações dos Atores Sociais com o PNL

4.5. Possibilidades Viáveis para Soluções dos Conflitos Socioambientais no PNL

5. Considerações Finais

Diante do exposto, a pesquisa permitiu conhecer e compreender questões referentes à uma temática que traz desconforto para a população local. Quanto a coleta de dados, foi possível observar em vários momentos o receio de participar das entrevistas, uma vez que a população local passou por inúmeras situações de restrições de uso da área, o que provocou a modificação da territorialidade e acarretou sofrimento para suas famílias. No entanto, aqueles que aceitaram participar prestigiaram a pesquisa realizada, considerando o fornecimento de uma riqueza de informações somado ao duradouro tempo dos relatos permitiu que a população local se sentisse ouvida, dado que não haviam sido em todo o processo que resultou na criação do PNLP e instrumentos de gestão. Nesse contexto, destacam-se os proprietários de terras, que até o presente momento não contam com algum instrumento de gestão que promova a gestão compartilhada entre ICMBio e o seu grupo, à exemplo do termo de compromisso entre Colônia de Pescadores Artesanais Z-11 e o ICMBio, atual órgão gestor ambiental. Somado a isso, as demais pesquisas consultadas para a realização desse trabalho apresentaram uma escassez de informações sobre o grupo dos proprietários de terras, quando comparado com os pescadores artesanais, ambos grupos igualmente afetados pela criação do PNLP, porém, não contemplados em pesquisas científicas.

O modelo de criação de Parques Nacionais adotados no Brasil na época da criação do PNLP desencadeou diversos conflitos na região que provocaram mudanças na forma da população local se relacionar com os recursos naturais, nos seus hábitos culturais e sociais, no âmbito econômico e ambiental. No entanto, apesar da população local identificar diversos prejuízos decorrentes da criação da UC, foi perceptível que a população local manifestou apreensão quanto à conservação dos recursos naturais do PNLP. Isso se deve à consideração de que as restrições impostas à pesca artesanal para pescadores não licenciados e a adoção do termo de compromisso são regulamentações importantes para a salvaguarda do PNLP.

Os conflitos socioambientais existentes no PNLP se referem às restrições e modificações do modo de uso da área pela população que já

habitava a região antes da implementação da UC. Nessa conjuntura, foram identificados diversos impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes das situações de conflitos. Em síntese, constatou-se que as atividades de caráter econômico, social e cultural primordialmente praticadas por pescadores artesanais e proprietários de terras sofreram alterações em decorrência da implementação do PNL, incluindo restrições em alguns casos. Essas atividades econômicas, muitas das quais estão voltadas à subsistência, têm igualmente um valor cultural, uma vez que passam de geração em geração enquanto é permitido pela legislação ambiental. As práticas culturais da população local também englobam a relação com os recursos naturais, uma vez que essas relações foram ensinadas pelas gerações mais antigas.

As contribuições acadêmicas desse trabalho promoveram a reflexão de como a implementação de áreas de proteção podem ocasionar mudanças significativas para as populações locais, sejam elas tradicionais ou não, mas que dependem diretamente do meio ambiente para subsistência. Sendo assim, os pescadores artesanais e proprietários de terras do PNL estão sujeitos às restrições ambientais em detrimento da preservação de ambientes para a contemplação das sociedades urbanas, que geralmente desenvolvem atividades com impactos ambientais mais significativos quando comparado às populações rurais. Nessa conjuntura, a população local do PNL, que utiliza a área por gerações e utiliza os benefícios ecossistêmicos da área, vive em constante situação de insegurança, o que interfere diretamente na forma que as futuras gerações irão se relacionar com a área, uma vez que alguns entrevistados relataram não incentivar a continuidade das práticas econômicas aos seus descendentes.

As entrevistas permitiram identificar possíveis instrumentos viáveis para a redução ou solução dos conflitos socioambientais no PNL. O estabelecimento do diálogo foi considerado a base para a minimização dos demais conflitos, uma vez que permite a integração e conhecimento das percepções dos atores sociais. No entanto, apesar de identificar outros mecanismos para a redução dos conflitos, existem inúmeras divergências entre os atores sociais para o consenso de como essas medidas podem ser adotadas. Adicionalmente, foram notadas discrepâncias quanto à validade das

ações propostas. Diante desse cenário, a pesquisa conclui que a promoção do diálogo, aliada a ações de educação ambiental mais eficazes, pode representar um avanço na redução dos conflitos socioambientais.

Esse panorama é um desafio para o ICMBio, que deve desenvolver mais mecanismos para o estabelecimento de diálogo com a população local. Foram identificadas mais ações nesse âmbito com os pescadores artesanais do que com os proprietários de terras. Nesse contexto está inserido o monitoramento participativo do camarão na Lagoa do Peixe, que permite a integração dessa população tradicional nas pesquisas que são realizadas na área. Portanto, esse trabalho sugere que sejam também desenvolvidas ações de educação ambiental voltadas para os proprietários de terras. Nesse âmbito, é urgente a adoção de medidas que promovam o controle da dispersão do pinus nas propriedades. De forma complementar, pode-se realizar o desenvolvimento de projetos com espécies de plantas nativas da região que forneça renda para os moradores da propriedade, estimulando a proteção da biodiversidade e da cultura da população local.

Estudos futuros que abordem essa temática poderão identificar quais áreas do PNLP são compatíveis com a presença humana e indicar atividades sustentáveis que podem ser desenvolvidas, apoiadas em pesquisas científicas em conjunto com o estabelecimento de diálogo entre os atores sociais. Dessa forma, a população local poderá ser estimulada a desenvolver atividades econômicas que sejam compatíveis com a conservação da área e ser instruída pelo órgão gestor ambiental para auxiliar no processo de fiscalização da área, atuando como verdadeiros guardiões da área. Nesse modelo de gestão, os prejuízos da criação do PNLP sobre a reprodução econômica, social e cultural dos habitantes seriam reduzidos e amplificaria os benefícios da criação do PNLP para a comunidade local, assim como os benefícios para a UC. Desse modo, é importante salientar a importância de compatibilizar a categoria da UC com o uso da área, com vistas a finalizar um período de inseguranças impostas aos moradores pelo governo federal durante décadas.

6. Referências Bibliográficas

AGUIAR, Marcela Nunes; SOUZA, Marcos Aguiar de; JÚNIOR, Hermes de Andrade; PIRES, Pedro P. Evidências de validade da escala de *locus* de controle da preservação e conservação ambiental. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 1-20, 2021.

ALMUDI, Tiago; KALIKOSKI, Daniela Coswig. Homem e natureza em um parque nacional do Sul do Brasil: meios de vida e conflitos nos arredores da Lagoa do Peixe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.20, p. 47-57, 2009.

ARRUDA, Gerardo Clésio Maia; FEDEL, Ivone Rosana. Unidades de Conservação ambiental no estado do Ceará: Implantação e sustentabilidade. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 17, n. 37, p. 213-239, 2020.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **X Congresso Nacional de Educação - Educere**. Curitiba, 2011.

BANZHAF, H. Spencer. The environmental turn in natural resource economics: john krutilla and “conservation reconsidered”. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 41, n. 1, p. 27-46, 2019.

BARDIN, L. ANÁLISE de conteúdo. Tradução BARDIN, L. **ANÁLISE de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Ed.70. São Paulo, 2016. e Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Ed.70. São Paulo, 2016.

BENEDETTI, Adriane Cristina. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) em perspectiva: turismo, pesca e conflito. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**. v.7, n.2, p. 190-212, 2018.

BENNETT, N. J. Usando percepções como evidência para melhorar a conservação e gestão ambiental. **Conservation Biology**. 2016.

BEZERRA, Giannina Settimi Cysneiros Landim et al. Política Pública, participação social e gestão de unidades de conservação: novos caminhos para antigos desafios. **HOLOS**, v. 6, p. 117-129, 2018.

BORGES, Ana Paula Dutra Borges. Processo administrativo e participação popular: consulta pública, audiência pública e conselhos de gestão de políticas públicas. **Revista Direito e Realidade**, v. 2, n.1, p. 1-15, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

BRASIL. **Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta os artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional da Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm#:~:text=DECRE

TO%20N%C2%BA%204.340%2C%20DE%2022,inciso%20IV%2C%20e%20o%20art> Acesso em: 25 de outubro de 2023.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.758, de 13 de abril de 2006.** Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758 Acesso em: 25 de outubro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Planalto, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 13 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 93.546, de 06 de novembro de 1986.** Cria o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Brasília: Planalto, 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93546.htm. Acesso em 13 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília: Planalto, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. 2009. **Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009.** Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm Acesso em: 24 de agosto de 2023.

BRITO, Bárbara Lis Rabelo; BRITO, Daguiete Maria Chaves; DE SOUZA, Ester Almeida. Pressupostos teóricos de proteção da natureza. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 7, p. 141-147, 2015.

CASTRO JÚNIOR, Evaristo de; COUTINHO, Bruno Henriques; FREITAS, Leonardo Esteves de Gestão da Biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, Antônio José Teixeira Guerra; COELHO, Maria Célia Nunes (org.) **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas.** 2 ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COELHO, Maria Célia Nunes; CUNHA, Luis Henrique; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, Antônio José Teixeira Guerra; COELHO, Maria Célia Nunes (org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas.** 2º ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COSTA, Josinara Silva; OLIVEIRA, André Luis Nascimento de; SANTOS, Neuma Teixeira dos. Preservação e Conservação Ambiental: significando a proteção do meio ambiente. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, 2018.

DA SILVA, Guilherme Henrique Pereira; BRANCHI, Bruna Angela. A contribuição da política ambiental brasileira na proteção das áreas de conservação urbanas. **Revista Cerrados**, v. 19, n. 01, p. 181-202, 2021.

DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 50, 2019

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito da natureza intocada. 3ªed. São Paulo: **Hucitec**, 2001.

DIOS, Claudia Blanco de; MARÇAL, Mônica dos Santos. Legislação Ambiental e a Gestão de Unidades de Conservação: O caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – RJ. In: GUERRA, Antônio José Teixeira Guerra; COELHO, Maria Célia Nunes (org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Doebber, C. Análise do conflito entre pescadores artesanais e funcionários do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, uma unidade de conservação de proteção integral. **Dissertação de Mestrado**. Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em Biologia, Unisinos, 2017.

DUDLEY, Nigel (Ed.). **Guidelines for applying protected area management categories**. IUCN, 2008.

FORJE, Gadinga Walter; TCHAMBA, Martin N. Ecotourism governance and protected areas sustainability in Cameroon: The case of Campo Ma'an National Park. **Current Research in Environmental Sustainability**, v. 4, p. 100-172, 2022.

FURG. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RIO GRANDE. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – Fase 2**. FNMA-FURG-IBAMA-NE UFPEL, 1999.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 2. Ed. **Petrópolis**, RJ: Vozes, 2003. p. 64-90.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, Ligian Cristiano, PESSETI, Mateus. Análise ambiental no município de Mostardas/ Rio Grande do Sul/Brasil: proposta de um empreendimento de turismo fotográfico. **Revista Latinoamericana de Estudantes de Geografia**, n. 7, p. 8-20, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. População de Mostardas. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mostardas/panorama>. Acesso em 14 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Cidades e Estados: Tavares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tavares/panorama>. Acesso em: 14 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Cidade de Mostardas. Trabalho e Rendimento. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mostardas/panorama>. Acesso em: 15 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Cidade de Tavares. Trabalho e Rendimento. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tavares/panorama>. Acesso em: 15 set. 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Conselhos**. 2022. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/conselhos> Aces 03 de março de 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Termo de compromisso que entre si celebram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e a colônia de pesca de Tavares/RS (Z11), visando disciplinar o uso dos recursos naturais no Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS)**. Brasília, 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Instrução Normativa nº 26, de 4 de julho de 2012**. Diário Oficial da União, 2012.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Instrução Normativa nº 9, de 05 de dezembro de 2014**. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2014/in_icmbio_09_2014_diretrizes_modifica%C3%A7%C3%A3o_conselhos_gestores_und_conserva%C3%A7%C3%A3o_federais.pdf. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

LEUZINGER, Marcia Dieguez; SILVA, Solange Teles da. O princípio da participação e a criação e gestão das áreas protegidas na perspectiva do direito ambiental global. **Revista de Direito Internacional**, v. 14, n. 3, 2017

LIMA, Marcos Paulo Rodrigues. Análise espaço-temporal (1986-2016) do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS). **Dissertação de mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2017.

LOPES, Maryângela Ribeiro de Aquino Lira; SANTOS, Carlos Alberto Batista; NOGUEIRA, Eliane Maria de Souza. Ativismos ambientais no Brasil e nos Estados Unidos sob o olhar das correntes do ecologismo. **Revista Científica do UniRios**, p. 329, 2021.

MINAYO, M. C. DE S.; COSTA, A. P. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, n. 40, 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 05, de 15 de maio de 2008**. Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de estudos técnicos e consulta pública para a criação de unidade de conservação federal. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/arquivos/criacao_2008.pdf. Acesso em 24 de outubro de 2023.

MOURA, Josilda Rodrigues da Silva; COSTA, Vivian Castilho da. **Parque Estadual da Pedra Branca: O desafio da Gestão de uma Unidade de Conservação em Área Urbana**. In: Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

NASCIMENTO, Maria Medrano. Conflitos socioambientais em áreas de preservação: o caso das comunidades tradicionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina. **Tempos Históricos**, v. 23, n. 1, p. 299-327, 2019.

PEREIRA, Clara da Rosa. A perspectiva histórica dos pescadores tradicionais sobre a Lagoa do Peixe: antes e depois da criação do Parque Nacional. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro. 2013.

PIMENTEL, Márcia Aparecida Silva; RIBEIRO, Wagner Costa. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 2, p. 224-237, 2016.

ROSA, Clara da, CAPORLINGUA, Vanessa H. Educação ambiental emancipatória e o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. **XVI Encontro de paranaense de educação ambiental**, 2017.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. 3ªed. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.

SANTOSO, Nyoto et al. Is the newly-found tricolour langur langur more tolerant to humans than we think? Inspecting human-langur interaction in Danau Sentarum National Park. **International Journal of Conservation Science**, v. 14, n. 2, p. 671-684, 2023.

SCALCO, Raquel Faria; GONTIJO, Bernardo Machado. Possibilidades de desafetação e recategorização em unidades de conservação de proteção integral: as UCs da porção central do Mosaico do Espinhaço (Minas Gerais/Brasil). **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, p.247-276, v.13, n. 22, 2017.

SILVA, et, al. Unidades de conservação e comunidades locais: gestão de conflitos e instrumentos de participação. **Estudo & Debate**, Lajeado, v.24, n.3, p. 208-218, 2017.

SILVA, Henrique Martins da; BRITO, Eliseu Pereira de. **O mito moderno da natureza intocada**. Revista Tocantinense de Geografia, v. 10, n. 20, p. 273-277, 2021.

SILVEIRA, F. L. Para além das fronteiras territoriais, o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) como uma questão transnacional. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 13, n. 1, p. 66-86, 2016.

SOUSA, Nadinni Oliveira de Matos et al. (2011). Dez anos de história: avanços e desafios do sistema nacional de unidades de conservação da natureza. In: MEDEIROS, Rodrigo; ARAÚJO, Fábio França Silva (org.). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. Brasília: MMA, 2011.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temática**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WAGNER, Gustavo, SILVA, Lucas Antônio da. Saberes e pesqueiros: reflexões sobre conhecimento e território na pesca tradicional do sul do Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 34, n. 2, p.124-135, 2021.

WHITBECK, Matthew E. Nature's Use: Language and its Use in the Writings of John Muir and Gifford Pinchot. 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 2^o ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WWF – BRASIL. **Consulta pública e unidade de conservação**. São Paulo/SP. 2010.

APÉNDICES

Apêndice 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



Universidade Federal de Pelotas

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), em uma pesquisa de mestrado em Ciências Ambientais. O estudo recebe o título “Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS”. Sua participação, a partir do seu consentimento, será através de depoimento oral, o qual será gravado digitalmente para posterior análise. Esteja à vontade para responder às questões como quiser, deixar de responder algumas perguntas ou desistir durante, ou após a entrevista. Não haverá custos na participação.

Aos proprietários de terras e pescadores artesanais: este termo de consentimento garantirá sigilo quanto a sua identidade, por isso todas as informações que possam lhe identificar, como seu nome, local de residência, ocupação profissional ou quaisquer outras serão confidenciais e exclusivas à pesquisadora e/ou sua orientadora. Além disso, será destinado a você uma cópia deste documento e você poderá entrar em contato com a autora da pesquisa para esclarecer quaisquer dúvidas.

Aos representantes das associações e entrevistados do ICMBIO: considerando que a posição do cargo poderá identificar o indivíduo, não será possível garantir o anonimato, contudo, todas as informações proferidas serão exclusivas à pesquisadora e/ou orientadora. Da mesma forma, uma cópia deste documento será destinada a você, que poderá entrar em contato pelo contato abaixo para esclarecer quaisquer dúvidas quanto a pesquisa ou sua participação.

Objetivo geral da pesquisa:

- Compreender os problemas e conflitos socioambientais enfrentados pelos atores sociais relacionados com a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, no estado do Rio Grande do Sul.

Objetivos específicos:

- Identificar as principais atividades sociais, econômicas e culturais desenvolvidas pela população inserida na área do Parque;
- Identificar os principais problemas apontados pelos proprietários de terras e pescadores artesanais que seriam decorrentes da criação do parque;
- Identificar a percepção do órgão gestor quanto à criação da UC e atitudes viáveis para resolução e minimização de conflitos;
- Identificar as possíveis soluções em comum do ponto de vista dos atores sociais para os conflitos socioambientais na UC;
- Compreender a existência e como as práticas de educação ambiental contribuem para a resolução ou minimização de conflitos.

Riscos:

Toda pesquisa com seres humanos possui riscos associados, reconhece-se que o presente estudo pode implicar perda da confidencialidade através de exposição de dados pessoais, exposição de informações que possam identificar o indivíduo. Estabeleceu-se, então, como medidas de redução dos riscos mencionados a restrição de acesso aos dados somente à pesquisadora e sua orientadora; limitação de informações que identifiquem o participante e codificação dos registros de pesquisa para garantir o sigilo de identidade e dados dos sujeitos participantes. O download dos dados coletados na pesquisa será feito para um dispositivo eletrônico local (de responsabilidade da pesquisadora) apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou “nuvem”.

Além disso, os entrevistados poderão deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa. Mesmo após ter iniciado a entrevista, até o momento de divulgação dos resultados, o entrevistado também é livre para solicitar a retirada dos seus

dados da pesquisa. Os entrevistados terão acesso aos tópicos que serão abordados antes de responder as perguntas, para que a tomada de decisão sobre participar da entrevista seja uma tomada de decisão informada. Em suma, tanto os entrevistados, quanto a autora da pesquisa assinarão Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual conterà autorização dos entrevistados para gravação dos seus relatos e posterior transcrição, com a garantia do anonimato, e garantia de retirada do termo, a qualquer momento, se o indivíduo, por ventura, desistir de participar.

Benefícios:

A presente pesquisa, de natureza coletiva, implicará benefícios científicos, culturais, sociais e valorização da educação ambiental nos espaços de unidades de conservação. Os efeitos científicos consistem na publicação de informações que podem promover uma visão mais ampla do conflito, facilitando a identificação de pontos em comum entre os atores sociais e colaborar para a redução de conflitos socioambientais na área, bem como promover a proteção do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. O impacto da valorização da educação ambiental nesses espaços colaborará na redução dos conflitos socioambientais e valorização dos serviços ecossistêmicos ofertados pela unidade de conservação. Os impactos sociais, abrangerão a ampliação no entendimento dos benefícios e prejuízos causados no âmbito social, cultural e econômico considerando a forma com que a população tradicional se relaciona com o meio ambiente que habitava antes da criação da unidade de conservação.

Pesquisadora: Maiara Moraes Costa

Endereço: Centro de Engenharias - Praça Domingos Rodrigues - Centro, Pelotas - RS, 96010-450. Laboratório de Drenagem e Águas Residuárias (LABDar). Universidade Federal de Pelotas. Email: maiaraengambientalesanitaria@gmail.com

Telefone: (xx) xxxxxxxx

Contato CEP/FAMED: Av Duque de Caxias 250, prédio da Direção - Térreo, sala o3. Telefone: (53)3310-1801. E-mail: cepfamed@ufpel.edu.br. Pelotas.

Agradeço muito sua disponibilidade em colaborar com a pesquisa.

Maiara Moraes Costa

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
Universidade Federal de Pelotas

Após ter sido informado (a) sobre a finalidade da pesquisa, bem como de ter sido garantido a mim uma cópia deste termo de consentimento e ter sido garantido o sigilo quanto a quaisquer informações que possam levar à minha identidade, autorizo o uso de meu depoimento para este estudo.

Assinatura do participante da pesquisa.

Assinatura de testemunha em caso de analfabeta.

Assinatura da pesquisadora.

Em, _____ de _____ de _____.

Apêndice 2: Carta de Anuência



Universidade Federal de Pelotas

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

**Carta de Anuência direcionada ao Instituto Chico Mendes de
Biodiversidade - ICMBio**

Eu _____, na qualidade
de _____, na _____
_____ da cidade de _____

disponibilizo acesso as informações desta unidade para a realização da pesquisa intitulada "Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS" de responsabilidade da pesquisadora Maiara Moraes Costa, CPF n.º xxx-xxx-xxx-xx. Esta autorização somente será válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas.

Assinatura.

Em, _____ de _____ de _____

Apêndice 3: Carta de Anuência



Universidade Federal de Pelotas

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Carta de anuência direcionada à Associação de Pescadores Artesanais

Eu _____,
na qualidade de _____,
na _____ da cidade de _____
disponibilizo acesso as informações para a realização da pesquisa intitulada
“Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso
da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa
do Peixe, RS” de responsabilidade da pesquisadora Maiara Moraes Costa,
CPF n.º xxx-xxx-xxx-xx. Esta autorização somente será válida no caso de
haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de
Medicina da Universidade Federal de Pelotas.

Assinatura.

Em, _____ de _____ de _____

Apêndice 4: Carta de Anuência



Universidade Federal de Pelotas

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Carta de anuência direcionada à Associação de Proprietários de Terras

Eu _____, na qualidade de _____, na _____ da cidade de _____

disponibilizo acesso as informações para a realização da pesquisa intitulada “Percepções dos atores sociais perante o processo de imposições sobre o uso da área e desapropriação de moradores: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, RS” de responsabilidade da pesquisadora Maiara Moraes Costa, CPF n.º xxx-xxx-xxx-xx. Esta autorização somente será válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas.

Assinatura.

Em, _____ de _____ de _____